



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO:

11/05/2015 16:37:51

Ministério do Meio Ambiente

ASSUNTO:

Processo Nº 02000.000826/2015-99

CÓDIGO:

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO


OUTROS DADOS:

Interessado: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
Resumo: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Tocantins visando o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em todo território tocaninense, na escala de 1:250.000. Volume I

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA		SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	J&T.		12/05/2015.	19			/ /
02			/ /	20			/ /
03			/ /	21			/ /
04			/ /	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

CGGA/SEPRO
505 NORTE
Fls. 01
A
Rubrica

 MMA	GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD	Nº
		Data:

IDENTIFICAÇÃO

*Tipo e Número Ofício nº 410/SEPLAN/GABSEC	Ministério do Meio Ambiente Processo Nº 02000.000826/2015-99 Inid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO Interessado: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS Resumo: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Tocantins visando o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em todo território tocanтинense, na escala de 1:250.000. Volume I
Procedência Departamento de Zoneamento Territorial (DZT/SEDR)	
Registro 00000.011894/2015-00	
Interessado Governo do Estado do Tocantins	

Assunto
Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Tocantins visando o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) em todo território tocanтинense, na escala de 1:250.000.

PROVIDÊNCIAS

☒ Autuação ☐ Arquivamento ☐ Abertura de volume ☐ Encerramento de volume ☐ Desarquivamento

☐ Reconstituição do processo nº _____

☐ Outros _____

Justificativa (no caso de reconstituição do processo)

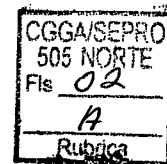
Nome e ramal para contato após providência:

AUTENTICAÇÃO

Solicitante Data: 11 / 05 / 2015 Felipe L. R. Barbosa Analista Ambiental - SIAPE 1778151 Carimbo/Assinatura	Protocolo Central/Unidade Protocolizadora Recebi em: 12 / 05 / 2015 Hora: 08 : 10 Demetrio Damasceno Vieira Agente Administrativo SEPRO/DSG/CGGA
---	--

Via Única

SECEX/SPOA/CGGA



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.011894/2015-00

Data do Protocolo: 08/05/2015

Hora do Protocolo: 11:18:56

Nº do Documento: 410

Data do Documento: 23/04/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE]

Signatário/Cargo: DAVID SIFFERT TORRES/Secretário do Planejamento e Orçamento

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica - Apoio ZEE do Estado do Tocantins.

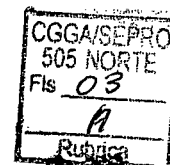
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>AO DZT</i> <i>Para conhecimento e demais providências.</i> <i>Att, 08/05/15</i> Anne Roque Chefe de Divisão SEDR/MMA Matrícula: 1727242	2º <i>Gerência de ZEE</i> <i>para providências.</i> <i>[Assinatura]</i> <i>08/05/15</i> Alberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA
3º	4º <i>Apensado ao processo nº 02000.000</i> <i>826/2015-19.</i> <i>Att,</i> <i>12/05/2015</i> <i>[Assinatura]</i> Felipe R. Barbosa Analista Ambiental - Siape 1778151 DZT/SEDR/MMA
5º	6º



GOVERNO DO TOCANTINS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

2015/13019/1757

Ofício nº 410/SEPLAN/GABSEC

Palmas, 23 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
BRASÍLIA – DF

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica – apoio ZEE do Estado do Tocantins.

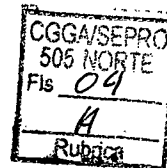
Senhor Secretário,

O Estado do Tocantins, por meio da Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, tem desenvolvido diversas ações de cunho técnico com objetivo de apoiar a definição, aprovação e implementação de propostas de ordenamento territorial desta Unidade Federativa por meio do instrumento Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.

Neste ensejo, é importante ressaltar o apoio técnico e institucional do Ministério do Meio Ambiente – MMA ao Tocantins, a exemplo do vigente Convênio 00003/2012, registrado no SICONV sob o nº 775631/2012.

O Governo do Estado, por meio de parceria financeira e institucional com o Banco Mundial, está em vias de iniciar execução do ZEE em todo o território tocaninense. Para êxito do trabalho é fundamental que os produtos resultantes atendam aos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nºs 4.297/2002 e 6.288/2007.

Neste sentido, reconhecendo o importante papel institucional estratégico do MMA no conjunto de políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável, bem como experiência de seu quadro técnico, entende-se como



GOVERNO DO TOCANTINS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

fundamental o apoio desse Ministério para todas as atividades previstas no âmbito do ZEE no Tocantins.

Diante do exposto, o Estado do Tocantins, por meio da SEPLAN, formaliza ao Ministério do Meio Ambiente o interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica – ACT objetivando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual.

Assim, apresento a Vossa Excelência, para análise, a minuta do ACT proposto, bem como o plano de trabalho e a documentação da Secretaria do Planejamento e Orçamento.

Atenciosamente,

DAVID SIFFERT TORRES
Secretário do Planejamento e Orçamento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
623435084

PROIBIDO PLASTIFICAR
623435084

NOME
DAVID SIFFERT TORRES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
417060 SSP DF

CPF
186.385.621-87

DATA NASCIMENTO
22/05/1958

PLAÇÃO
JOSE TORRES

LEA SIFFERT TORRES

PERMISSÃO

ACC

CAT. NÚM.

Nº REGISTRO
02882504267

VALIDADE
09/08/2017

Nº HABILITAÇÃO
21/08/1976

OBSERVAÇÕES

sem observações:

David Siffert Torres

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PALMAS, TO


DATA EMISSÃO
20/08/2012


12546441335
T0017192733

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN-TO (TOCANTINS)

CGGA/SEPRO
505 NORTE
Fls 05
A
Rubrica

		Saneatins		<small>312 Sul, Av. LO 05 - CEP 77.021-200 - Palmas - TO CNPJ: 25.089.509/0001-83 - Insc. Estadual: 29.031.448-8 Companhia de Saneamento do Tocantins</small>	
<small>001 10/201502 04 0485/04080 1 2 27 12/02/2015 08:57:57</small>					
NOME : VIRLENÉ MARIA P QUEIROZ TORRES ENDEREÇO: 704 S AL. 19 LT 08 CIDADE : PALMAS			CONTA: 0119253-1 MES/ANO: 02/2015 VENCIMENTO: 27/02/2015		
CATEGORIA:	ECONOMIA:	Nº HIDRÔMETRO:	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	CONSUMO MEDIDO
RESIDENCIAL	001	Y13S183445	000158	000176	00018
FATURADO	TIPO DE FATURAMENTO	MÉDIA	DATA DA LEITURA E APRESENTAÇÃO	PRÓXIMA LEITURA	
00018	MEDIDO	00008	12/02/2015	14/03/2015	
HISTÓRICO DE CONSUMO					
08/2014	09/2014	10/2014	11/2014	12/2014	01/2015
11	12	10	10	10	10
DESCRIÇÃO					SUB TOTAL (R\$)
1001 TARIFA FORNECIMENTO DE AGUA RESIDENCIAL 2001 TARIFA COLETA/TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL 3006 MULTA POR ATRASO PAGAMENTO(MES 01/2015) 8055 CREDITO					62.01 49.61 1.02 -52.56
PIS(1,65%) COFINS(7,6%)			VALOR TOTAL (R\$)		60.08
828900000000-8 60080107011-0 92532015021-9 900000000001-6					
QUALIDADE DA ÁGUA - EXPLICAÇÕES DOS PARÂMETROS NO VERSO					
Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro Livre	Coliformes Totais	Escherichia coli
Amostras Exigidas	147	47	147	147	0
Amostras Realizadas	148	48	148	148	0
Amostras que atendem a legislação	148	48	148	148	0
AGUA FLUORETADA. ATENDIMENTO AO DECRETO 5.440/2005.					
ESCR. ATENDIMENTO: QUADRA 206 SUL AV. LO 05 N. 22 CENTRO					
EVITE A PROLIFERACAO DA DENGUE. MANTENHA SEU RESERVATORIO FECHADO.					
ATENCAO: AVISO DE DEBITO RELATIVO A 01/2015 ANEXO A ESTA CONTA.					

 Saneatins		FATURA DE ÁGUA, ESGOTOS / SERVIÇOS		<small>312 Sul, Av. LO 05 - CEP 77.021-200 - Palmas - TO CNPJ: 25.089.509/0001-83 - Insc. Estadual: 29.031.448-8 Companhia de Saneamento do Tocantins</small>	
CONTA	MÊS/ANO	ORIGEM	VALOR TOTAL		
0119253-1	02/2015	19	60.08		
828900000000-8 60080107011-0 92532015021-9 900000000001-6					



ATO Nº 29 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

ANTÔNIO DE PÁDUA SOARES MARQUES para exercer o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos Parlamentares, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 30 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

RENATO DE ASSUNÇÃO para exercer o cargo de Secretário de Estado de Representação em Brasília, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 31 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

CLEMENTE BARROS NETO para exercer o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 32 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

ALEANDRO LACERDA GONÇALVES para exercer o cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Habitação, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 33 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

EUDORO GUILHERME ZACARIAS PEDROZA para exercer o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 34 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

SALIM RODRIGUES MILHOMEM para exercer o cargo de Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 35 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LUZIMEIRE RIBEIRO DE MOURA CARREIRA para exercer o cargo de Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 36 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

DAVID SIFFERT TORRES para exercer o cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Modernização da Gestão Pública, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, no 1º dia do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Télio Leão Ayres
Secretário-Chefe da Casa Civil



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXVII - PALMAS, SEGUNDA - FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 2015 - Nº 4.309

PODER EXECUTIVO



PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2015.

Republicada para correção

Dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória define o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os cargos de provimento em comissão que lhes são correspondentes, juntamente com os respectivos símbolos e subsídios.

Art. 2º O modelo de gestão da Administração Pública Estadual a ser implantado, a partir desta Medida Provisória, está lastreado na introdução de novas práticas gerenciais como a gestão por projetos e resultados visando ao dinamismo e à integração das políticas públicas.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo, na forma do Regulamento, pode celebrar acordo de resultado com os órgãos e entidades estabelecendo metas e prazos para o seu cumprimento visando otimizar ações, melhorar o atendimento ao público, reduzir despesas e aumentar receitas.

Parágrafo único. A definição dos objetivos e respectivos indicadores para a avaliação dos resultados de cada órgão deve ter como parâmetro:

I - a contribuição de cada órgão ou entidade no cumprimento das metas traçadas para a administração pública por meio de seus planos estratégicos, bem como para a efetividade das ações de interesse público;

SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	01
CASA CIVIL	40
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	40
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	41
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	41
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	42
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	42
SECRETARIA DA FAZENDA	43
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	44
SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO	45
DO ESTADO EM BRASÍLIA	45
SECRETARIA DA SAÚDE	46
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	48
SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	48
AEM-TO	49
BANCO DO EMPREENDEDOR	49
DERTINS	50
DETRAN	50
NATURATINS	56
RURALTINS	56
JUCETINS	57
UNITINS	57
DEFENSORIA PÚBLICA	57
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	67
TRIBUNAL DE CONTAS	79
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	80
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	84

II - o envolvimento dos dirigentes e servidores e o trabalho em equipe para consecução dos objetivos e metas pactuadas;

III - a otimização da aplicação dos recursos públicos e agilidade na concretização das ações programadas;

IV - a criatividade e atitude empreendedora do órgão ou entidade para obtenção e gestão dos recursos.

Art. 4º O modelo de gestão está ancorado, ainda, na estratégia de aproximar o governo da sociedade organizada e do cidadão por meio de Conselhos de Desenvolvimento Regionais e de Representações Setoriais cujas competências e atribuições serão estabelecidas em Regulamento.

Art. 5º As unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, constantes do Anexo I a esta Medida Provisória, descritas na coluna "situação proposta", advêm, conforme o caso, da manutenção, transformação, renomeação ou incorporação dos órgãos e entidades antecedentes, especificados na coluna "situação atual", do mesmo anexo.

§1º São extintas da estrutura operacional do Poder Executivo as unidades administrativas especificadas, segundo a legenda, no Anexo I a esta Medida Provisória.

§2º Os acervos, sistemas, pessoal, patrimônio, créditos orçamentários e demais recursos necessários à execução do serviço, observada a legislação orçamentária vigente, são automaticamente incorporados pelos órgãos ou entidades que sucederem ou substituírem os referidos no caput deste artigo, considerando-se extintos os correspondentes cargos de Secretário de Estado, de dirigente de entidade autárquica e fundacional ou de direção, chefia e assessoramento integrantes da estrutura organizacional dos órgãos, entidades ou unidades administrativas extintas, incorporados ou transformados.

§3º Até que se estabeleça completamente o funcionamento dos órgãos e entidades de que trata esta Medida Provisória, ato do Chefe do Poder Executivo poderá dispor sobre nova destinação de acervos, sistemas, pessoal, patrimônio, créditos orçamentários e dos demais recursos necessários à execução do serviço, observada a legislação orçamentária vigente e as transferências de atribuições havidas.

§4º O disposto neste artigo não se aplica aos conselhos deliberativos ou consultivos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, previstos na legislação anterior, que venham a ser discriminados em ato do Chefe do Poder Executivo, desde que sua permanência não implique a manutenção ou criação de correspondentes cargos de provimento em comissão de direção, chefia ou assessoramento não previstos no Anexo I a esta Lei.

§5º As entidades autárquicas e fundacionais vinculam-se a uma das Secretarias de Estado, segundo ato do Chefe do Poder Executivo.

§6º São mantidos os fundos previstos em legislação própria, podendo ato do Chefe do Poder Executivo estabelecer novos vínculos aos mesmos, nos termos desta Medida Provisória.

Art. 6º Compete aos Secretários de Estado, aos titulares de órgãos equivalentes e aos Presidentes das entidades da Administração Indireta auxiliar o Chefe do Poder Executivo no exercício da direção superior da Administração Pública Estadual, especialmente:

I - exercer a administração do órgão ou entidade de que seja titular, praticando todos os atos necessários ao exercício dessa administração na área de sua competência, notadamente os relacionados com a orientação, coordenação e supervisão das atividades a cargo das unidades administrativas integrantes do órgão ou entidade sob sua gestão;

II - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo Chefe do Poder Executivo;

02 DIÁRIO OFICIAL Nº 4.309 Ano XXVII - Estado do Tocantins, segunda-feira, 02 de fevereiro de 2015

III - expedir instruções e outros atos normativos necessários à execução das leis, decretos e regulamentos;

IV - prestar, pessoalmente ou por escrito, à Assembleia Legislativa ou a qualquer de suas comissões, quando convocados e na forma da convocação, informações sobre assunto previamente determinado;

V - propor ao Chefe do Poder Executivo, anualmente, o orçamento de sua pasta;

VI - delegar suas próprias atribuições por ato expresso aos seus subordinados, observados os limites estabelecidos em lei.

Parágrafo único. Compete privativamente aos Secretários de Estado:

I - referendar as leis sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo e os decretos por ele assinados, que disserem respeito às suas pastas;

II - em relação às entidades vinculadas:

a) fixar as políticas, diretrizes e prioridades, especialmente no que diz respeito a planos, programas e ações, exercendo o acompanhamento, a fiscalização e o controle de sua execução, salvo disposição em contrário consignada em ato do Chefe do Poder Executivo;

b) celebrar acordo de resultado com entidade vinculada, estabelecendo metas e critérios de avaliação de desempenho.

Art. 7º As competências das unidades administrativas e entidades da Administração Direta e Indireta serão detalhadas nos termos dos seus regulamentos.

Parágrafo único. Os regulamentos dos órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta serão baixados após a apreciação técnica da Secretaria do Planejamento e Orçamento.

Art. 8º Os cargos de provimento em comissão dos dirigentes máximos, superintendentes, diretores, gerentes e demais chefes, assessores ou titulares dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, todos de livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Poder Executivo e remunerados exclusivamente por subsídios, são os especificados no Anexo II desta Medida Provisória, com os respectivos símbolos e quantitativos.

Art. 9º Os valores dos subsídios mensais dos cargos de provimento em comissão de que trata o art. 8º desta Medida Provisória são os fixados nos Anexos III e IV a esta Lei.

Art. 10. Os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo IV a esta Medida Provisória serão destinados ao atendimento dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, de acordo com as suas necessidades de mão de obra específica para prestação de serviço público.

§1º Os cargos especificados no caput deste artigo integram, primitivamente, a estrutura operacional da Secretaria da Administração, podendo ser redistribuídos, por ato do Chefe do Poder Executivo, aos demais órgãos e entidades.

§2º Incumbe à Casa Civil controlar a movimentação de pessoal autorizada no §1º deste artigo.

Art. 11. As Funções Comissionadas da Administração - FCA, da Polícia Militar - FCPM, do Bombeiro Militar - FCBM e da Segurança Pública - FCSP, destinadas ao atendimento das necessidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, são as especificadas nos Anexos V e VI a esta Medida Provisória, observado o seguinte regramento:

I - o provimento das funções comissionadas é privativo de servidor ocupante de cargo efetivo ou de emprego público permanente ou, ainda, de militar titular de posto ou graduação;

II - os quantitativos de Função Comissionada de Administração - FCA serão distribuídas entre os órgãos e entidades, por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme as necessidades comprovadas em processo regular, ouvida a Secretaria da Administração;

III - são competentes para prover as Funções Comissionadas os Secretários de Estado e seus equivalentes hierárquicos, no âmbito da Administração Direta, bem como os Presidentes e equivalentes hierárquicos, no âmbito da Administração Indireta;

IV - a função comissionada:

a) reveste-se de natureza transitória, podendo ser suprimida a qualquer tempo;

b) é insuscetível de substituição;

c) não é atribuível a pessoal comissionado ou temporário;

d) independe de posse;

e) terá gratificação cumulável com a remuneração do cargo de provimento efetivo;

f) pressupõe efetivo exercício das atividades a ela correspondentes;

g) será devida em caso de afastamento decorrente de férias, luto, licença paternidade, casamento e, até o limite de 120 dias, nos casos de licença maternidade e de tratamento da própria saúde;

h) não integra a base de cálculo para efeito de concessão de qualquer outra vantagem pecuniária, inclusive para aposentadoria e contribuição previdenciária.

Parágrafo único. São mantidos os atuais quantitativos de funções de confiança pertencentes à Secretaria da Educação, que passam à denominação de Função Comissionada de Membro de Grupo de Trabalho - FCMGT e Função Comissionada do Magistério - FCM.

Art. 12. O servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo ou de emprego, e o militar, titular de posto ou graduação, quando nomeado para cargo em comissão na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, poderá optar por sua remuneração ou subsídio de origem, acrescido de 60% do valor do subsídio do cargo em comissão que vier a exercer.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, ao servidor, empregado ou militar cedido ao Governo do Estado para exercer cargo em comissão remunerado exclusivamente à base de subsídio.

Art. 13. Os titulares de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos respectivos Subsecretários ou equivalentes.

Art. 14. Revogam-se as disposições legais em desacordo com esta Medida Provisória.

Art. 15. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 2 dias do mês de janeiro de 2015; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado



Marcelo de Carvalho Miranda
GOVERNADOR DO ESTADO

Télio Leão Ayres
SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO I

QUADRO RESUMO DA REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA	
GOVERNANÇA					
1	SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA	SEC	R	1	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
2	SECRETARIA DE APOIO AO GABINETE DO GOVERNADOR	SEC	E		SEC
3	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SEC	R	2	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA
4	SECRETARIA PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS	SEC	E		SEC
5	CASA CIVIL	ESC	M	3	CASA CIVIL
6	CASA MILITAR	ESC	M	4	CASA MILITAR
7	SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	SEC	M		SEC
8	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS - ATN	ATQ	E	5	SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
9	FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS (REDESAT)	FUN	M	6	FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS (REDESAT)
10	SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	SEC	M		FUN
11	SECRETARIA PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL	SEC	E	7	SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA
12	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	ESC	M		ESC
13	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - CBMTO	ESC	M	8	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
14	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO	ESC	M	9	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - CBMTO
15	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	ESC	M	10	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO
16	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	SEC	R	11	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
17	SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	SEC	E		ESC
18	SECRETARIA PARA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	SEC	E	12	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
19	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	SEC	M		SEC
20	INSTITUTO DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV	ATQ	R	13	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
21	SECRETARIA DA FAZENDA	SEC	M	14	INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV - TOCANTINS
22	SECRETARIA DE MISSÕES ESPECIAIS	SEC	E	15	SECRETARIA DA FAZENDA
					SEC
INFRAESTRUTURA					
23	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	SEC	M	16	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
24	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	ATQ	M		SEC
25	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR	ATQ	M	17	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS
26	AGÊNCIA DE MÁQUINAS E TRANSPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS - AGETRANS	ATQ	R	18	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR
					ATQ
				19	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS - DERTINS
					ATQ
ECONOMIA SUSTENTÁVEL					
27	SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA	SEC	E		
28	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO ESTADO	SEC	E	20	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
29	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO - ADTUR	ATQ	T		SEC
30	SECRETARIA DO DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	SEC	T	21	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
31	AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM	ATQ	M		ATQ
32	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS	ATQ	M	22	AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM
33	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.A. - FOMENTO	EMP	M		ATQ
34	INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO	ATQ	R	23	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS
35	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO TOCANTINS - FAPT	FUN	I		ATQ
36	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	FUN	M	24	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.A. - FOMENTO
37	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SEC	R		EMP
38	SECRETARIA DE ENERGIA LIMPA, RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS ESPECIAIS	SEC	E	25	BANCO DO EMPREENDEDOR
39	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS	ATQ	M		ATQ
40	COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO TOCANTINS - MINERATINS	EMP	M	26	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS
41	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SEC	R		ATQ
42	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS	ATQ	M	27	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
43	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC - TOCANTINS	ATQ	M		SEC
44	SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	SEC	R	28	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS
45	SECRETARIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GURUPI	SEC	E		ATQ
46	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - TERRA PALMAS	EMP	M	29	COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO TOCANTINS - MINERATINS
47	INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS - ITERTINS	ATQ	M		EMP
				30	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
					SEC
				31	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS
					ATQ
				32	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC - TOCANTINS
					ATQ
				33	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO
					SEC
				34	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - TERRA PALMAS
					EMP
				35	INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS - ITERTINS
					ATQ
SOCIOCULTURAL					
48	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	SEC	R	36	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
49	SECRETARIA DE PRIORIDADES EDUCACIONAIS ESTRATÉGICAS	SEC	E		SEC
50	SECRETARIA PARA PROMOÇÃO CULTURAL	SEC	E		
51	FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - FUNCULT	FUN	T	37	SECRETARIA DA CULTURA
52	SECRETARIA DO ESPORTE	SEC	R		SEC
53	SECRETARIA DA JUVENTUDE	SEC	I	38	SECRETARIA DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
54	SECRETARIA DA SAÚDE	SEC	M		SEC
55	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS - FUNTROP	FUN	I	39	SECRETARIA DA SAÚDE
56	SECRETARIA DE GESTÃO HOSPITALAR	SEC	E		SEC
57	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEC	M	40	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
58	SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL	SEC	R		SEC
59	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEC	M	41	SECRETARIA DE DEFESA E PROTEÇÃO SOCIAL
60	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN - TO	ATQ	M		SEC
				42	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
					SEC
				43	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN - TO
					ATQ

* LEGENDAS: SEC (Secretaria); ESC (Equivalente à Secretaria); ATQ (Autarquia); EMP (Empresa S/A de economia mista); FUN (Fundação)

** LEGENDAS: M (Mantido); E (Extinto); T (Transformado); I (Incorporado); R (Renomeado).



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXIII - PALMAS, TERÇA - FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2011 - Nº 3.298

PODER
EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011.

Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e adota outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado do Tocantins adotou a Medida Provisória nº 1, de 1º de janeiro de 2011, e a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou-a e eu, JUNIOR COIMBRA, Presidente desta Casa de Leis, presente o disposto no §3º do art. 27 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Seção I Da Denominação

Art. 1º O Poder Executivo conta com a seguinte organização administrativa:

a) na Administração Direta:

1. Gabinete do Governador;
2. Casa Civil;
3. Casa Militar;
4. Controladoria-Geral do Estado;
5. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;
6. Polícia Militar do Estado do Tocantins;
7. Procuradoria-Geral do Estado;
8. Secretaria da Administração;
9. Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário;

10. Secretaria da Ciência e Tecnologia;
11. Secretaria da Comunicação Social e seu órgão autônomo, a Agência Tocantinense de Notícias – ATN;
12. Secretaria da Cultura;
13. Secretaria da Educação;
14. Secretaria da Fazenda;
15. Secretaria da Habitação;
16. Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo;
17. Secretaria da Infraestrutura;
18. Secretaria da Juventude e dos Esportes;
19. Secretaria da Saúde;
20. Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania;
21. Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano;
22. Secretaria das Oportunidades;
23. Secretaria das Relações Institucionais;
24. Secretaria do Trabalho e da Ação Social;
25. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos;
26. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública;

b) na Administração Indireta, em conformidade com as respectivas leis de criação:

1. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC-TOCANTINS;
2. Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR;
3. Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO;
4. Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR;
5. Agência Tocantinense de Saneamento – ATS;
6. Companhia de Mineração do Tocantins – MINERATINS;
7. Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-TO;
8. Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS;
9. Fundação Cultural do Estado do Tocantins – FUNCULT;
10. Fundação de Medicina Tropical do Tocantins – FUNTROP;
11. Fundação Pioneiros Mirins de Apoio à Infância e à Juventude – PIONEIROS MIRINS;
12. Fundação Pró Direitos e Deveres nas Relações de Consumo – Fundação PROCON;
13. Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS;
14. Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS;

Sumário

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	1
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	10
CASA CIVIL	11
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	11
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR	11
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	12
SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO DES. AGRÁRIO	12
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12
SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	12
SECRETARIA DA FAZENDA	12
SECRETARIA DO DES. SUSTENTÁVEL E DOS RECURSOS HÍDRICOS	18
SECRETARIA DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	18
SECRETARIA DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA	18
ADAPEC	19
PRODIVINO	19
NATURATINS	19
IPEM	20
JUCETINS	20
UNITINS	25
DEFENSORIA PÚBLICA	27
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	27
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	29
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	31

15. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS;

16. Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM-TO;

17. Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS;

18. Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS;

19. Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO;

20. Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS;

c) em liquidação:

1. Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS;

2. Companhia de Comunicação do Estado do Tocantins – COMUNICATINS;

3. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS.

Seção II

Da Criação, Transformação, Transferência e Extinção

Art. 2º São criados os seguintes órgãos, referidos no artigo antecedente:

a) na Administração Direta, a:

1. Secretaria da Cultura;

2. Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano;

3. Secretaria das Oportunidades;

4. Agência Tocantinense de Notícias – ATN, órgão específico despersonalizado, dotado de autonomia administrativa, orçamentária e financeira para o desempenho de suas atribuições, administrativamente subordinada à Secretaria da Comunicação Social;

b) na Administração Indireta, a Fundação Pró Direitos e Deveres nas Relações de Consumo – Fundação PROCON.

Art. 3º É criado, em nível de assessoramento ao Governador do Estado, o Conselho Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania, integrado pelos seguintes membros:

I – o Secretário de Estado da Segurança, Justiça e Cidadania, na condição de presidente;

II – o Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins;

III – o Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;

IV – um representante da Assembleia Legislativa;

V – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Tocantins;

VI – um representante da Defensoria Pública.

§ 1º O Conselho Estadual de Segurança, Cidadania e Justiça tem as seguintes atribuições:

I – assegurar coerência entre a formulação e a execução das políticas públicas setoriais de segurança pública;

II – conceder e articular a execução de programas multissetoriais destinados às regiões metropolitanas, administrativas e segmentos populacionais específicos;

III – acompanhar as metas e os resultados dos programas governamentais voltados para a segurança do cidadão;

IV – identificar as restrições e as dificuldades encontradas na execução dos programas governamentais de segurança, justiça e cidadania, propondo as medidas necessárias à pronta viabilização;

V – assegurar a integração governamental das ações de segurança pública;

VI – assegurar a todas as pessoas o pleno exercício dos direitos relativos à cidadania e a dignidade humana, com a finalidade de erradicar a pobreza, a discriminação, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

VII – promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º O Conselho Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania terá representação em cada um dos municípios do Estado.

§ 3º Em nível municipal, o Conselho será integrado por seis membros indicados pelo Governador do Estado, para cumprimento de mandato tampão que se findará com a posse dos novos membros, que serão eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, entre os domiciliados no respectivo município.

§ 4º A eleição, referida no parágrafo antecedente, coincidirá com a eleição dos membros do Conselho Tutelar e terá idêntico prazo de mandato.

Art. 4º São transformados:

a) na Administração Direta:

1. a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento em Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário;

2. a Secretaria da Cidadania e Justiça e a da Segurança Pública em Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania;

3. a Secretaria da Comunicação em Secretaria da Comunicação Social;

4. a Secretaria da Educação e Cultura em Secretaria da Educação e Secretaria da Cultura;

5. a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano em Secretaria da Habitação e Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano;

6. a Secretaria de Indústria e Comércio em Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo;

7. a Secretaria da Juventude e a do Esporte em Secretaria da Juventude e dos Esportes;

8. a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente em Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos;

9. a Secretaria de Representação do Estado em Secretaria das Relações Institucionais;

10. a Secretaria do Planejamento em Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública;

11. a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em Secretaria do Trabalho e da Ação Social;



José Wilson Siqueira Campos

GOVERNADOR DO ESTADO

Renan de Arimatéa Pereira

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Adson José Honori de Melo

SUPERINTENDENTE DO DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO TOCANTINS



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XIX - PALMAS, SEXTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2007 - Nº 2.331

PODER
EXECUTIVO


PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 2.928, de 16 de janeiro de 2007.

Dispõe sobre as estruturas básica e operacional, as competências e os quadros de cargos de provimento em comissão dos Órgãos integrantes do Poder Executivo, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, incisos II e XV, da Constituição do Estado, e com fulcro nos arts. 5º e 7º da Lei 1.124, de 1º de fevereiro de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Na estrutura básica do Poder Executivo, na Administração Direta e Indireta, são inseridas as seguintes modificações:

I – as competências da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente relativas ao meio ambiente são transferidas para a Secretaria dos Recursos Hídricos e ambas as Pastas recebem nova denominação, a saber, respectivamente, Secretaria do Planejamento e Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente;

II – a Secretaria do Trabalho e Ação Social é denominada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;

III – a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo passa a ser denominada Secretaria de Indústria e Comércio;

IV – é criada a Secretaria de Políticas para a Mulher;

V – é criada a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que reúne as competências:

a) da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU/TO, ressalvadas as relativas ao Projeto Orla;

b) da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – AD-TOCANTINS, extinta na forma da Lei;

VI – é criada a Assessoria de Comunicação – ASCOM, tendo suas particularidades definidas em Decreto específico.

Parágrafo único. À Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano são transferidas as funções da Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS e da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS, enquanto perdurar a liquidação, bem como, a administração do processo liquidante dos demais entes.

Art. 2º A estrutura básica do Poder Executivo é constituída de:

I – Administração Direta, composta de:

a) Governadoria, integrada pelas seguintes Unidades:

1. Gabinete do Governador;
2. Vice-Governadoria;
3. Casa Civil;
4. Casa Militar;
5. Controladoria-Geral do Estado;
6. Procuradoria-Geral do Estado;
7. Polícia Militar do Estado do Tocantins;
8. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;
9. Defensoria Pública;
10. Secretaria da Comunicação;
11. Secretaria de Representação do Estado;

b) Unidades:

1. Secretaria da Administração;
2. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3. Secretaria da Cidadania e Justiça;
4. Secretaria da Ciência e Tecnologia;
5. Secretaria da Educação e Cultura;
6. Secretaria do Esporte;
7. Secretaria da Fazenda;
8. Secretaria do Governo;
9. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano;
10. Secretaria de Indústria e Comércio;
11. Secretaria da Infra-Estrutura;
12. Secretaria da Juventude;
13. Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente;
14. Secretaria de Políticas para a Mulher;
15. Secretaria do Planejamento;
16. Secretaria da Saúde;
17. Secretaria da Segurança Pública;
18. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;

II – Administração Indireta:

a) Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TOCANTINS;

b) Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR;

c) Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.;

d) Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU/TO;

e) Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR;

f) Companhia de Mineração do Tocantins – MINERATINS;

g) Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS;

h) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS;

i) Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO;

j) Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS;

k) Fundação Cultural do Estado do Tocantins;

Sumário

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	29
COMANDO-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	29
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	30
SEC. DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	35
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	35
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	35
SECRETARIA DA FAZENDA	46
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	50
SECRETARIA DA JUVENTUDE	50
SECRETARIA DA SAÚDE	51
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	57
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL	60
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENV. URBANO	61
MINERATINS	61
DERTINS	61
IGEPREV-TOCANTINS	62
FUNDAÇÃO CULTURAL	62
ITERTINS	62
NATURATINS	62
PRODIVINO	63
SANEATINS	63
JUCETINS	63
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	64
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	66
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	68

l) Fundação de Medicina Tropical do Tocantins;

m) Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS;

n) Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS;

o) Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS;

p) Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM/TO;

q) Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS;

r) Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS;

s) Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO;

t) Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS;

III – em liquidação:

a) Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS;

b) Companhia de Comunicação do Estado do Tocantins – COMUNICATINS;

c) Companhia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS.

Art. 3º Aos Órgãos da Administração Direta são atribuídas as seguintes competências:

I – Gabinete do Governador:

a) assistir direta e imediatamente o Chefe do Executivo Estadual e, em especial, supervisionar a execução de suas ordens e decisões;

b) recepcionar, selecionar e estudar expedientes encaminhados ao Governador, bem como acompanhar a tramitação destes;

c) assistir a administração e as finanças do Palácio Araguaia, da Residência Oficial do Governador, da Pousada do Jalapão e da Pousada do Cantão;

d) acompanhar os assuntos administrativos em matérias relacionadas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas a esses, e a execução das políticas de Governo;

e) executar e coordenar as atividades de relações e cerimonial públicos com autoridades e sociedade, atuando em conjunto com a Casa Militar;

f) apoiar as ações da Governadoria com os empresários e com o público, juntamente com as Secretarias afins;

g) organizar a agenda, as viagens, os deslocamentos e o transporte do Governador do Estado;

h) gerenciar o banco de dados do Gabinete do Governador;

i) administrar a garagem central do Estado e o hangar;

j) firmar parceria com entidade federal, estadual, municipal e/ou iniciativa privada;

k) por meio da Superintendência de Informática:

1. propor:

1.1. diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;

1.2. cursos de capacitação para usuários no âmbito da utilização dos recursos de informática e comunicação;

2. acompanhar e avaliar a utilização de recursos em tecnologia da informação;

3. pesquisar e difundir novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;

4. desenvolver e implantar sistemas informatizados;

5. planejar, gerenciar e manter a Rede Digital do Estado do Tocantins;

6. gerenciar o parque de telecomunicações do Estado, a saber telefonia fixa, móvel e comunicação de dados;

7. disponibilizar consultoria acerca da política tecnológica do Estado e divulgá-la às unidades do Poder Executivo, cabendo a estas a sua execução;

8. analisar, aprovar e acompanhar:

8.1. os projetos de informática propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;

8.2. os procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação;

II – Vice-Governadoria:

a) auxiliar o Chefe do Poder Executivo quanto a:

1. implementação das diretrizes de políticas a serem adotadas;

2. articulação com os segmentos da sociedade, a fim de que os empreendimentos governamentais sejam assegurados;

3. representações política e social;

4. assistência na adoção de medidas técnicas ou administrativas;

b) acompanhar:

1. os programas, projetos e as atividades realizados pelo Estado, mantendo o Governador permanentemente informado;

2. os assuntos políticos, sociais, econômicos e de natureza parlamentar de interesse do Estado;

III – Casa Civil:

a) assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

b) verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

c) elaborar os projetos de leis e todos os atos do processo legislativo;

d) encaminhar mensagens governamentais ao Legislativo;

e) acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

f) publicar os atos e decretos editados e as leis sancionadas ou promulgadas pelo Chefe do Executivo Estadual;

g) administrar o Diário Oficial do Estado;



Marcelo de Carvalho Miranda

GOVERNADOR DO ESTADO

Mary Marques de Lima

SECRETÁRIA-CHEFE DA CASA CIVIL

Alex Santos Neres

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO TOCANTINS

h) controlar e guardar os Atos do Governador do Estado;

i) acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes;

IV – Casa Militar:

a) realizar a segurança:

1. pessoal do Governador, Vice-Governador e respectivos familiares;

2. de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Governador do Estado;

3. do Palácio Araguaia e Residência Oficial do Governador;

b) assessoramento pessoal em assuntos militares;

c) coordenar as atividades de inteligência e segurança das comunicações;

d) prevenção e articulação do prevenir crises, em caso de greve ou iminente ameaça à estabilidade institucional, e articular o seu gerenciamento de crises, em caso de greve ou iminente ameaça à estabilidade institucional;

e) controlar e inspecionar os meios de transporte do Governador;

f) atuar em conjunto com o Cerimonial do Gabinete do Governador;

V – Controladoria-Geral do Estado:

a) assistir direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do patrimônio público no âmbito do Poder Executivo;

b) supervisionar o Sistema de Controle Interno do Executivo Estadual, no sentido de:

1. executar os trabalhos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão orçamentária, operacional, financeira, patrimonial, contábil e de pessoal dos órgãos;

2. acompanhar a execução físico-financeira dos programas de governo;

3. expedir normas complementares compatíveis com os serviços de controladoria;

4. analisar, quanto a aspectos legais, formais e de cumprimento, os procedimentos de tomada e prestação de contas, contratos, convênios, acordos e ajustes;

5. desenvolver atividades complementares da ação do Tribunal de Contas no domínio do Poder Executivo;

6. propor aos gestores das unidades administrativas as medidas de saneamento das irregularidades detectadas;

7. recomendar ao Chefe do Poder Executivo:

7.1. a auditoria nos Órgãos que não obtiverem saneamento em nível local;

7.2. as diretrizes, os programas e as ações que tornem eficientes os procedimentos de execução da despesa e austeridade na gestão dos recursos públicos;

VI – Secretaria da Comunicação:

a) planejar e executar a política de comunicação social do Estado;

b) articular, promover e divulgar as ações de governo, inclusive por meio de redes de rádio e televisão;

c) assessorar o Governador no seu relacionamento com a imprensa e a comunidade;

d) prestar permanentemente informações ao Chefe do Executivo Estadual acerca do comportamento da opinião pública em relação às atividades do Governo;

e) coordenar, supervisionar e controlar a publicidade no âmbito das assessorias de comunicações dos Órgãos e entidades do Poder Executivo;

f) coletar e fornecer ao Governador informações referentes às localidades envolvidas em atividades protocolares, bem como relativas ao perfil social e político de suas autoridades;

g) compor clippings da imprensa estadual, brasileira e internacional, especializada em matérias políticas, econômicas, sociais e culturais de interesse da política de relações internas e externas do Estado;

VII – Secretaria de Representação do Estado:

a) representar institucional e politicamente o Estado e o Governo, perante:

1. os Órgãos e Entidades federais e estaduais;

2. os parlamentares federais e estaduais;

3. as embaixadas e os organismos estrangeiros acreditados no País;

b) articular entre os setores público e privado, no âmbito do Governo Federal, Instituições e Organismos Internacionais, para fins de captação de recursos, investimentos, desenvolvimento dos negócios e da economia do Estado;

c) divulgar ações governamentais do Estado;

d) promover o apoio logístico ao Governador e Secretários de Estado e aos dirigentes de entidades quando da sua permanência em Brasília;

e) prestar apoio a outros Órgãos do Estado no encaminhamento de assuntos que lhes forem afetos;

VIII – Secretaria da Administração:

a) assegurar a orientação normativa, o controle técnico e a gestão dos sistemas administrativos de pessoal, patrimônio mobiliário e semoventes;

b) registrar, controlar, gerir e conceder direitos e deveres aos servidores do Estado;

c) promover a modernização e o desenvolvimento organizacional da Administração Pública;

d) recrutar, selecionar, planejar e desenvolver os Recursos Humanos do Poder Executivo;

e) instaurar a correição administrativa e o regime disciplinar dos servidores do Estado;

f) supervisionar e controlar os níveis de desempenho, produtividade e eficiência dos servidores do Poder Executivo;

g) elaborar políticas e gerir ações em atenção ao cidadão;

h) administrar o Almoxarifado Central do Poder Executivo;

i) elaborar o planejamento das ações da Escola de Governo e cuidar de sua gestão;

j) gerir o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – PLANSAUDE;

IX – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) planejar, gerenciar e executar as políticas voltadas para:

1. o fomento das atividades e das pesquisas da agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aquicultura, fruticultura e abastecimento, abrangendo a experimentação, produção, armazenagem e comercialização de produtos;

2. a vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal;

3. a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários;

4. o cooperativismo e o associativismo rural;

5. a assistência técnica e a extensão rural;

6. o apoio ao empresário ou investidor rural;

7. os assuntos fundiários do Estado;

b) realizar o acompanhamento meteorológico e climatológico;

c) captar e difundir tecnologias nas áreas da agropecuária e de armazenagem;

d) normatizar e controlar a qualidade dos produtos agropecuários;

e) prestar informação agrícola;

f) gerir o aproveitamento hidroagrícola, em conjunto com a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente;

g) fiscalizar os insumos utilizados nas atividades agropecuárias e a prestação de serviços no setor;

h) classificar e inspecionar produtos e derivados animais e vegetais;

i) proteger, conservar e realizar o manejo do solo, ações essas voltadas ao processo produtivo agrícola e pecuário;

j) promover e coordenar as políticas de municipalização do planejamento agropecuário;

k) fomentar a produção e a comercialização de produtos típicos regionais, relacionados à agricultura;

X – Secretaria da Cidadania e Justiça:

a) promover os direitos humanos, em especial:

1. das garantias constitucionais;

2. da ordem jurídica;

3. dos direitos políticos;

4. da cidadania;

5. dos portadores de necessidades especiais;

6. dos índios;

7. das minorias;

8. dos direitos do consumidor;

9. da criança e do adolescente, resguardada a competência da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;

b) monitorar a execução penal;

c) propor, supervisionar e executar a política penitenciária do Estado e coordenar, controlar e administrar os estabelecimentos prisionais;

d) articular com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias no âmbito de sua atuação;

e) promover o relacionamento com Órgãos federais, estaduais e municipais;

XI – Secretaria da Ciência e Tecnologia:

a) definir a política estadual de ciência e tecnologia;

b) promover as iniciativas de pesquisa científica e tecnológica dos diversos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, associando esforços com estes, a fim de evitar a duplicidade de ações;

c) apoiar os trabalhos referentes à radiodifusão educativa do Estado;

d) fomentar:

1. atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

2. a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores, técnicos e cientistas em conjunto com universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;

3. a captação e difusão de tecnologias;

XII – Secretaria da Educação e Cultura:

a) desenvolver as políticas de educação;

b) gerir o Ensino oferecido pelo e no Estado do Tocantins;

c) assistir e apoiar o educando;

d) apoiar estratégica e logisticamente o Conselho Estadual de Educação;

e) coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades o Sistema Estadual de Educação;

f) cumprir as determinações do Ministério da Educação e as decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, em matérias da competência destes Órgãos;

g) cumprir e fazer cumprir as normas federais de educação;

h) manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para modernizar e expandir a Educação;

i) homologar os pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO, especialmente sobre:

1. autorização para funcionamento e reconhecimento dos ensinos público e particular, avaliando-lhes a qualidade;

2. instituição de normas para autorizar o funcionamento, o reconhecimento e a inspeção de unidade de ensino de educação fundamental e/ou média sob a sua jurisdição;

3. a edição de normas para renovação periódica do reconhecimento concedido a unidade de ensino de educação básica;

j) fixar critérios e normas para a elaboração e aprovação dos regimentos das instituições de ensino de educação básica;

k) manter intercâmbio entre os Conselhos Nacional e Estadual de Educação;

l) interpretar, no âmbito de sua jurisdição, as disposições legais que fixem diretrizes e bases da educação;

m) articular-se com Órgãos e Entidades federais e estaduais para assegurar a coordenação, a divulgação e a execução de planos e programas educacionais;

n) atualizar o Planejamento Estratégico de que trata o Anexo Único da Lei 1.360, de 31 de dezembro de 2002;

o) propor em lei a instituição do Plano Estadual de Educação, adequando-o ao Plano Nacional de Educação;

p) promover e difundir a cultura em todas as suas manifestações;

q) apoiar estratégica e logisticamente os Conselhos de Alimentação Escolar – CAE-TO e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XIII – Secretaria do Esporte:

a) planejar, coordenar e executar a política estadual de incentivo ao esporte;

b) promover e difundir o esporte em todas as suas modalidades;

c) estimular e orientar as atividades desportivas e recreativas;

d) captar e aplicar recursos para instalação e manutenção de estruturas e espaços físicos destinados às práticas desportivas;

e) incentivar e apoiar a iniciativa privada, mediante auxílios e subvenções, para a realização de atividades desportivas;

f) programar certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado;

XIV – Secretaria da Fazenda:

a) formular, coordenar e executar funções do sistema tributário do Estado, compreendendo tributação, arrecadação e fiscalização;

b) gerir os sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

c) elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Estado;

d) manter e controlar:

1. o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;

2. os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;

3. as operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;

4. os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro;

e) gerir a Conta Única do Tesouro Estadual;

f) adquirir bens e serviços;

g) emitir atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

XV – Secretaria do Governo:

a) coordenar as ações políticas do Governo;

b) acompanhar a execução das ordens emanadas do Governador do Estado;

c) realizar a articulação política com os Municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, os segmentos organizados e as comunidades e lideranças políticas e sociais;

d) coordenar as relações governamentais com prefeitos e vereadores e acompanhar a execução de programas e projetos estaduais nos Municípios;

XVI – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano:

a) combater as desigualdades sociais, por meio da transformação das cidades do Estado em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia e ao saneamento;

b) implementar as políticas de habitação e desenvolvimento urbano e de pesquisas tecnológicas concernentes à habitação popular;

c) implantar e monitorar os indicadores de desenvolvimento urbano e do deficit habitacional do Estado em conformidade com os acordos e agendas nacionais e internacionais;

d) gerir o patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado, com poderes para adquirir e alienar áreas de terrenos para microparcelamento e urbanização;

e) promover ações sociais e de organização geográfica, visando a regularização fundiária e a inclusão dos assentamentos precários à cidade legal;

f) articular com Órgãos e Entidades, públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, para fomentar:

1. as iniciativas que tenham por finalidade o aprimoramento tecnológico da habitação popular e a redução de seus custos;

2. as atividades de engenharia pública, que objetivem a melhoria tecnológica, a segurança da habitação popular e as condições de urbanização de aglomerados onde habitam famílias de baixa renda;

g) desenvolver e executar projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

h) operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

i) formar parcerias com Municípios, sindicatos, entidades associativas, cooperativas, instituições e empresas privadas, a fim de atender, por meio de programas de cartas de crédito, as necessidades de habitação de grupos sociais específicos, que tenham no associativismo modalidade de aquisição da casa própria;

j) organizar bancos de dados sobre habitação, materiais de construção e serviços especializados e gerenciar geograficamente o patrimônio imobiliário do Estado;

k) celebrar convênios e contratos com institutos de pesquisa, universidades, empresas de construção civil, outras instituições de ensino superior e organizações sociais, relativos à área de habitação e desenvolvimento urbano;

l) na área habitacional, captar recursos e solicitar desapropriações;

m) capacitar os técnicos municipais e agentes sociais para o desenvolvimento urbano, para fortalecer técnica e institucionalmente os Municípios quanto a planejamento, serviços urbanos e gestão territorial;

n) criar e implantar Programas de:

1. moradia e desenvolvimento urbano, com a finalidade de integrá-los às diretrizes de desenvolvimento econômico do Estado;

2. reforma, ampliação e construção de unidades habitacionais, por meio de financiamentos, alienações, autogestão ou outros mecanismos que envolvam a comunidade;

3. saneamento ambiental, mediante a universalização do abastecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário, coleta e tratamento dos resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis;

XVII – Secretaria de Indústria e Comércio:

a) planejar, coordenar e executar as políticas voltadas para o desenvolvimento dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

b) captar e difundir tecnologias nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

c) formular políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

d) executar atividades de registro do comércio;

e) gerir a metrologia, normalização e qualidade industrial;

f) representar o Estado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI;

XVIII – Secretaria da Infra-Estrutura:

a) administrar, executar, manter e fiscalizar obras públicas de infra-estrutura, sistemas viários e saneamento;

b) formular, coordenar e executar programas de saneamento básico;

c) administrar, executar e manter obras dos setores de energia e saneamento básico;

d) promover licitação de obras públicas e de serviços;

e) fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia;

f) gerenciar os transportes intermodais;

g) elaborar os estudos e/ou projetos técnicos para a conservação, ampliação e recuperação de prédios públicos do Estado, nos termos propostos pelos Órgãos da Administração Direta;

h) promover a execução de:

1. construção, ampliação, conservação e recuperação de prédios públicos;

2. obras e serviços de engenharia decorrentes de acordos e convênios;

XIX – Secretaria da Juventude:

a) planejar, coordenar e executar políticas públicas direcionadas à juventude;

b) estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para promover projetos dirigidos ao jovem;

c) estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil, visando o fortalecimento da educação não-formal dos jovens;

d) apoiar o jovem por meio da implementação de medidas que propiciem a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho;

e) realizar projetos para fomentar e incentivar a permanência de adolescentes e jovens em instituições educacionais, a fim de combater juntamente com outros Órgãos a erradicação do analfabetismo juvenil;

f) elaborar projetos para captação de recursos nacionais e internacionais que garantam a execução de ações voltadas à juventude;

g) criar mecanismos por meio da execução de programas e projetos, próprios ou em parceria, que aproximem o jovem do contexto científico e tecnológico;

h) apoiar juntamente com outros Órgãos e instituições as políticas afirmativas para juventude;

i) promover e executar programas e projetos que objetivem a melhora da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais, para estimular a cidadania e a participação social;

XX – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente:

a) planejar, coordenar e acompanhar a política estadual de recursos do meio ambiente e, em especial, realizar tais ações quanto à de recursos hídricos, naturais e de desenvolvimento sustentável;

b) implementar as políticas de usos múltiplos das águas;

c) elaborar programas e projetos, acompanhar, executar e apoiar a execução de obras:

1. de infra estrutura hídrica, necessárias à geração de energia, navegação, drenagem, aquícultura, irrigação, proteção e retificação de canais naturais, destinados ao atendimento de pequenas comunidades, e à prevenção ou minimização dos efeitos das secas ou inundações;

2. de implantação, ampliação e recuperação de infra estrutura pública para aproveitamento hidroagrícola;

3. ligadas a ações direcionadas à convivência com a seca, com ênfase ao aproveitamento de recursos hídricos para uso humano, e à geração de emprego e renda;

d) apoiar:

1. tecnicamente a desenvolvimento de empreendimentos que explorem de forma sustentável os recursos naturais e a preservação do meio ambiente;

2. a implantação, ampliação, recuperação, operação e manutenção de obras de infra estrutura hídrica;

3. a organização associativa dos usuários dos perímetros públicos de irrigação, promovendo-lhe autonomia administrativa e operacional;

e) promover:

1. o controle e a supervisão técnica das obras de infra estrutura hídrica que utilizem recursos nacionais, internacionais ou estrangeiros provenientes de convênios;

2. a capacitação de pessoal para o planejamento da irrigação e gestão de projetos públicos ambientais e de irrigação;

3. a articulação com Órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, visando a preservação do meio ambiente e recursos naturais;

f) coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;

XXI – Secretaria de Políticas para a Mulher:

a) diagnosticar fenômenos sociais, elaborar projetos e promover debates voltados às demandas femininas;

b) executar e coordenar, no âmbito estadual, políticas e diretrizes que objetivem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de igualdade, direitos e liberdade em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

c) estimular a geração de emprego e renda, por meio de capacitação profissional da mulher, assegurando-lhe a inserção e permanência no mercado de trabalho;

d) planejar, dirigir e supervisionar:

1. ações preventivas contra toda e qualquer manifestação de violência que atinja a mulher e que objetivem, também, informar e conscientizar a população quanto aos direitos de igualdade e de oportunidade aplicáveis a todos os aspectos da vida social;

2. atividades de atendimento social, jurídico e psicológico destinadas ao resgate da auto-estima e à seguridade da saúde mental da mulher que se encontrar em situação de violência, discriminação e/ou preconceito;

XXII – Secretaria do Planejamento:

a) elaborar, coordenar e gerenciar os planos de Governo;

b) formular, coordenar e implementar sistemas estatísticos e pesquisas socioeconômicas;

c) elaborar, coordenar e acompanhar a programação orçamentária;

d) acompanhar e assessorar, no âmbito do planejamento estratégico, as unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da Administração Pública Direta e Indireta;

e) conduzir as relações intersubjetivas dos Órgãos do Estado e da União;

f) realizar negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

g) representar supletivamente o Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

h) realizar o zoneamento ecológico-econômico;

XXIII – Secretaria da Saúde:

a) formular políticas de saúde pública, coordenar, executar, fiscalizar e controlar suas ações;

b) cuidar da ação preventiva em geral;

c) realizar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

d) promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva e responsabilizar-se pela saúde ambiental;

e) exercer a vigilância e a proteção da saúde, especialmente, quanto a educação e prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;

f) divulgar informações sobre todos os serviços de saúde realizados e a forma de sua utilização pelo usuário;

g) prestar assistência ambulatorial e hospitalar;

h) fabricar e inspecionar a produção química, farmacêutica e correlata;

i) fornecer medicamentos de sua fabricação aos Órgãos da área da saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

j) promover treinamento, cursos e estágios aos estudantes e profissionais vinculados às atividades de saúde;

k) fomentar, no âmbito de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;

XXIV – Secretaria da Segurança Pública:

a) formular políticas de orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública no Estado;

b) exercer o comando das atividades de Polícia Judiciária;

c) promover as medidas necessárias à preservação da ordem e da segurança pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de suas unidades subordinadas;

d) planejar e executar estratégias e ações de inteligência e contra-inteligência de segurança pública no Estado;

e) supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Estado;

f) promover o relacionamento com os Órgãos da Justiça e do Ministério Público;

g) estreitar o relacionamento com os Órgãos de segurança pública da União e dos Estados;

XXV – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

a) formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com Órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e não-governamentais;

b) acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho;

c) promover a segurança, a higiene e a saúde no trabalho;

d) primar pela qualidade, capacitação, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;

e) a coordenação, acompanhamento, execução e avaliação das coordenar, acompanhar, executar e avaliar políticas de assistência social;

f) prestar assistência social, em especial, à criança, ao adolescente e ao idoso;

g) contribuir para elevação do bem-estar social a fim de reduzir a exclusão e a desigualdade;

h) atuar como agente de integração, identificando às instituições de ensino as oportunidades de estágios em Órgãos públicos e privados para adolescentes, alunos de escola pública e advindos de programas sociais;

i) prestar assistência devida a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade;

j) desenvolver programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco, os menos favorecidos, com ênfase na segurança alimentar e vigilância nutricional;

k) realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito de políticas sociais;

l) gerir o Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida – PROVIDA.

Art. 4º Os Secretários-Chefes, o Procurador-Geral do Estado, o Defensor Público Geral, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins e o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins têm as mesmas prerrogativas, obrigações, direitos e subsídios equivalentes aos de Secretário de Estado.

Art. 5º São vinculados:

I – à Defensoria Pública, o Fundo Estadual de Defensoria Pública – FUNDEP;

II – à Secretaria da Cidadania e Justiça, o Fundo Estadual Antidrogas, o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, e ainda:

a) o Conselho Estadual:

1. de Direitos Humanos;

2. Antidrogas;

3. da Criança e do Adolescente – CEDCA;

b) o Conselho de Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor e o Conselho Penitenciário;

III – à Secretaria da Ciência e Tecnologia:

a) o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CECT;

b) a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS;

IV – à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano:

a) o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental;

b) o Fundo de Apoio à Moradia Popular;

V – à Secretaria de Políticas para a Mulher:

a) o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM;

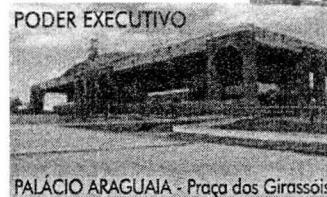
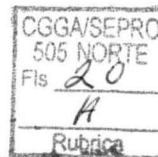


Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXVI - PALMAS, QUINTA - FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2014 - Nº 4.095



PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 2.829, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

Cria na estrutura operacional da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS os *campi* universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis, e adota outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado do Tocantins adotou a Medida Provisória nº 05, de 14 de janeiro de 2014, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou e eu, Sandoval Cardoso, Presidente desta Casa de Leis, consoante o disposto no §3º, do art. 27 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º São criados na estrutura operacional da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS os *campi* universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis.

Parágrafo único. Os *campi* mencionados neste artigo têm por finalidade:

I – ministrar o ensino superior, público e gratuito, nas suas diversas formas e modalidades;

II – desenvolver a pesquisa científica nos diferentes campos do conhecimento;

III – gerar o conhecimento científico e tecnológico necessário ao desenvolvimento socioeconômico da população;

SUMÁRIO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	01
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	01
CASA CIVIL	09
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR	09
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	09
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	22
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	23
SECRETARIA DA FAZENDA	29
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	30
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	33
SECRETARIA DA SAÚDE	33
SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	46
ADAPEC	48
AGÊNCIA DE MÁQUINAS E TRANSPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS - AGETRANS	51
DETRAN	51
NATURATINS	53
RURALTINS	56
UNITINS	57
DEFENSORIA PÚBLICA	57
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	60
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	63
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	74

IV – promover a extensão universitária.

Art. 2º Regem-se pelo Estatuto da UNITINS a estrutura organizacional e o funcionamento dos *campi*, os correspondentes cursos e o pessoal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D'Abreu, em Palmas, aos 26 dias do mês de março de 2014; 193ª da Independência, 126ª da República e 26ª do Estado.

Deputado SANDOVAL CARDOSO
Presidente

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS COTAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS

Art. 1º A execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo é operada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

Art. 2º As despesas de outros custeios dos órgãos e das entidades do Poder Executivo, vinculadas às fontes de Recursos Ordinários e Próprios, são executadas pelo Sistema de Cotas Orçamentário-financeiras, na conformidade deste Decreto.

Parágrafo único. Consideram-se despesas de outros custeios os dispêndios com diárias, material de consumo, passagens, locomoção, serviços de consultoria, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, material de distribuição gratuita e outros serviços de terceiros prestados por pessoas naturais e jurídicas.

Art. 3º Autorizadas as cotas das unidades orçamentárias pelo Governador do Estado, cumpre à Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública promover-lhes, via SIAFEM, a inclusão no Programa de Trabalho Anual.

§1º O saldo orçamentário-financeiro dos recursos das cotas de outros custeios pode ser reprogramado para utilização em despesas de capital ou inversões financeiras, mediante aprovação, pela Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, de proposta da respectiva unidade orçamentária.

§2º As cotas mencionadas neste artigo são fixadas mensalmente, com fundamentos:

I – no comportamento da receita;

II – na disponibilidade financeira apurada pela Secretaria da Fazenda;

III – nas demandas das unidades orçamentárias.

Art. 4º As cotas provenientes de Recursos Ordinários e de Recursos Próprios são movimentadas em conta única no SIAFEM e liberadas pela Secretaria da Fazenda na conta específica das respectivas unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta.

§1º Incumbe às unidades orçamentárias executar as Programações de Desembolso – PD e enviá-las diariamente, por intermédio da Secretaria da Fazenda, ao estabelecimento bancário.

§2º A Relação das Ordens Bancárias Externas – RE, assinada pelo ordenador de despesa e pelo responsável financeiro, é encaminhada ao estabelecimento bancário, no dia seguinte, na conformidade do §1º, deste artigo, para efeito da liberação dos respectivos pagamentos.

§3º Os pagamentos realizados por meio das Programações de Desembolso – PD são executados diariamente através de programação sistêmica autorizada no SIAFEM.

Art. 5º Os saldos dos recursos de cotas orçamentário-financeiras são remanejados para a cota mensal subsequente.

CAPÍTULO II DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E DAS DESPESAS

Seção I Da Gestão Orçamentário-Financeira

Art. 6º O Sistema de Gestão Financeira é programado para processar exclusivamente as Notas de Liquidação – NL das despesas previstas no Cronograma Mensal de Desembolso.

Parágrafo único. As despesas que ultrapassem a programação mensal são ajustadas na programação dos meses subsequentes.

Art. 7º A gestão das finanças públicas, nas unidades orçamentárias do Poder Executivo, obedece às seguintes regras:

I – as despesas relativas a:

a) outros custeios são:

1. atendidas, de preferência, com recursos das cotas mensais;

2. detalhadas por subitem de natureza, via SIAFEM, e submetidas aos respectivos controles para efeito de liberação da cota de custeio mensal subsequente;

b) contratos, convênios, compromissos e outros atos de cooperação associativa de vigência plurianual são empenhados no exercício, em conformidade com o respectivo cronograma físico-financeiro, atendido ao disposto no art. 57 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

c) fretamento de aeronaves e helicópteros são aprovadas antecipadamente pelo Secretário-Chefe da Casa Militar, na conformidade do Anexo II a este Decreto;

II – quando se tratar de despesas com a conservação de veículos e com o fornecimento de combustíveis e lubrificantes, realizadas por meio do Departamento de Transporte do Poder Executivo, incumbe:

a) às unidades orçamentárias processar empenhos estimativos;

b) à Secretaria da Administração proceder à liquidação e emitir as Programações de Desembolso – PD, na conformidade das faturas e planilhas apresentadas;

c) à Secretaria da Fazenda efetuar o pagamento correspondente a cada unidade orçamentária;

III – nas despesas com energia elétrica, água e esgoto e telefonia fixa e móvel, cabe:

a) às unidades orçamentárias, exceto a Secretaria de Representação do Estado, processar empenhos estimativos, realizar a respectiva liquidação e emitir as Programações de Desembolso – PD, na conformidade das faturas apresentadas;

b) à Secretaria da Fazenda efetuar o pagamento correspondente a cada unidade orçamentária;

IV – a atribuição de diárias a servidores ou a colaboradores eventuais, custeadas com recursos ordinários ou de outras fontes, obedece ao prudente controle do ordenador de despesa, resguardada a correta aplicação dos recursos, mediante:

a) prévio empenho da despesa;

b) observância dos valores expressos na tabela de diárias;

c) especificação exata dos dias de afastamento;

d) restituição, em cinco dias, do valor das correspondentes diárias em caso de frustração do afastamento, regresso antecipado ou outro motivo que a imponha;

e) apresentação de relatório simplificado pelo agente público ao chefe ou superior imediato, no prazo de cinco dias, a contar do retorno da viagem, na conformidade do Anexo IX a este Decreto;

f) correto preenchimento do Formulário de Afastamento, assinado pela autoridade que planejou o afastamento, preferentemente a mais próxima ou imediata ao profissional escolhido.

§1º A atribuição da diária de que trata o inciso IV, deste artigo, estende-se ao colaborador eventual, na conformidade do correspondente convite ou contrato, vinculada ao seu nível de escolaridade e limitada ao valor atribuível ao nível funcional FAS-10.

§2º É facultado aos Secretários de Estado e equivalentes, quando em viagem oficial, optar pelo ressarcimento das despesas com alimentação, pousada e locomoção, bem assim com a aquisição dos materiais de consumo necessários ao desempenho do serviço, mediante comprovação e justificativa da correspondente despesa.

§3º É vedado a órgão ou entidade do Poder Executivo, sob pena de responsabilização do ordenador:

I – realizar despesa com contribuições, patrocínio de formaturas, festas, confraternizações ou outras do gênero, estranhas à atividade-fim da unidade orçamentária;

II – iniciar obra sujeita a licenciamento ambiental ou prosseguir na sua execução sem o prévio e efetivamente liberado licenciamento do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

§4º As despesas pagas pela Secretaria da Fazenda, na conformidade dos incisos II e III, deste artigo, são deduzidas da cota de custeio do mês subsequente.

Art. 8º A conta única vinculada ao SIAFEM reúne as contas bancárias dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Art. 9º As receitas de convênios e de outras cooperações associativas congêneres são depositadas em conta-corrente específica, aberta pela Secretaria da Fazenda por solicitação do ente conveniado.

Art. 10. A abertura de conta-corrente é realizada por intermédio da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à abertura de conta-corrente autorizada pelo ordenador de despesa para a movimentação dos recursos de suprimento de fundo em nome do órgão supridor.

Art. 11. As solicitações de crédito adicional, transposição, remanejamento e transferência orçamentária seguem os procedimentos descritos no Manual Técnico de Planejamento e Orçamento, na conformidade da lei orçamentária vigente.



José Wilson Siqueira Campos

GOVERNADOR DO ESTADO

Renan de Arimatéa Pereira

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Nélio Moura Facundes

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

ESTADO DO TOCANTINS

§1º Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, ao evento do aumento de despesa, na categoria de programação orçamentária, incumbe ao gestor de unidade do Poder Executivo promover, nos autos do procedimento administrativo, a juntada de declaração e do formulário de crédito adicional, na conformidade do modelo constante do Manual Técnico de Planejamento e Orçamento.

§2º Para os fins do §1º, deste artigo, considera-se aumento de despesa o acréscimo ensejador da abertura de crédito adicional, excetuando-se as movimentações orçamentárias.

§3º Aos autos do procedimento de execução de obras que, após conclusão, gerarem despesa com manutenção, é juntada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro relativa ao custo da respectiva manutenção prevista para o ano da entrada em vigor e para os dois subsequentes.

Art. 12. É obrigatória a apresentação à Secretaria da Fazenda, mensalmente, de demonstrativos da execução orçamentário-financeira dos recursos de qualquer fonte relativos a custeio e investimentos da sociedade empresária em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.

Art. 13. Todo ato de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, é realizado através de documento probante da operação.

Parágrafo único. O registro contábil da operação referida neste artigo deve guardar estrita consonância com o evento correspondente e com o Plano de Contas Único do Estado.

Art. 14. A aquisição e locação de bens e serviços de informática, inclusive destinados a sistemas de telecomunicações para os órgãos e as entidades do Poder Executivo, dependem de aprovação do projeto básico ou termo de referência pela Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, na conformidade do regulamento específico.

Art. 15. São intervenientes nos instrumentos de cessão e concessão de uso de bens móveis e imóveis, firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, respectivamente, a Secretaria da Administração e a Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 16. A contabilidade do Estado é realizada através das funções de orientação, controle e registro das atividades da execução orçamentária, financeira e patrimonial, compreendendo todos os atos e fatos relativos a sua gestão.

Parágrafo único. Cabe ao chefe do órgão de gestão contábil da Secretaria da Fazenda a orientação e a supervisão técnica sobre os registros dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, na conformidade do Decreto Estadual 3.678, de 24 de abril de 2009.

Seção II Da Despesa

Art. 17. A execução orçamentário-financeira, desde o empenho até o pagamento, obedece ao controle e às rotinas descritas no Anexo I a este Decreto.

Parágrafo único. Todos os pagamentos de despesa, quando não correrem à conta das cotas de custeio mensal, são realizados pela Secretaria da Fazenda, inclusive os vinculados a transferências e outros recursos do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde.

Art. 18. O ato inicial do procedimento de execução de despesa depende:

I – de Nota de Dotação – ND, emitida através do SIAFEM, ou de declaração orçamentária, quando se tratar de recursos relativos ao exercício seguinte, para efeito de comprovação da disponibilidade de crédito orçamentário;

II – de autorização do ordenador de despesa, assim entendido o agente da administração investido da competência para o exercício de direitos e obrigações em nome do órgão ou entidade governamental a que caiba a responsabilidade pela execução das despesas sob sua gestão, na conformidade dos seguintes anexos a este Decreto:

a) Anexo III – quando se tratar de despesas não incluídas nas cotas orçamentário-financeiras;

b) Anexo IV – quando se tratar de despesas incluídas nas cotas orçamentário-financeiras e das relativas à folha de pagamento e seus encargos, à dívida pública e ao PASEP;

c) Anexo V – quando se tratar de execução de recursos de emenda parlamentar estadual;

III – de ciência expressamente manifestada do Governador do Estado, no Anexo III, para realização de despesas superiores a R\$ 80.000,00.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade, o estomo da Nota de Dotação – ND só se admite nos casos a seguir, quando justificados:

I – cancelamento do procedimento administrativo de despesa;

II – execução do objeto da licitação ou do contrato diferida para o exercício seguinte;

III – valor bloqueado por meio da Nota de Dotação – ND maior que o homologado na licitação ou contratado por ato de dispensa ou inexigibilidade.

Art. 19. O pagamento das despesas mencionadas no art. 18 formaliza-se na conformidade dos Anexos VI, VII e VIII.

Parágrafo único. Os pagamentos previstos nos Anexos VII e VIII de valor superior a R\$ 80.000,00 requerem ciência do Governador do Estado.

Art. 20. O pagamento de despesa com a aquisição de equipamentos e material permanente implica o registro e o tombamento do bem no documento fiscal a encargo do responsável pelo patrimônio do órgão.

Art. 21. O empenho da despesa de exercícios anteriores é formalizado no processo que deu origem à despesa, mediante a elaboração de termo de reconhecimento de dívida, após justificativa fundamentada no art. 37 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 22. É vedada:

I – a realização de despesa sem prévio empenho;

II – o pagamento antecipado de despesa.

§1º O disposto no inciso II do *caput* deste artigo não se aplica às despesas:

I – com assinatura de jornais, periódicos e outras publicações;

II – com seguros;

III – quando, excepcionalmente, a peculiaridade da transação exigir pagamento antecipado, adotadas as cautelas e a comprovação de garantias.

§2º As despesas pagas antecipadamente, nos termos do §1º deste artigo, são contabilizadas em despesas antecipadas, na conformidade das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 23. Respondem pela execução orçamentário-financeira o ordenador de despesa ou servidor plenipotenciário e o responsável pelo setor de administração e finanças da unidade orçamentária.

Art. 24. É delegada atribuição aos Secretários de Estado para autorizar despesa, na conformidade dos arts. 18, 19, 45 e 49 deste Decreto.

CAPÍTULO III DOS CONTRATOS

Art. 25. Os contratos, com suas modificações, são instruídos na unidade administrativa celebrante.

§1º Reputa-se inexistente a cláusula de prorrogação automática eventualmente inserta no instrumento contratual.

§2º Os contratos em vigor e as licitações em curso devem ser reavaliados e renegociados de modo a poupar recursos orçamentário-financeiros.

Art. 26. Nos reajustes dos contratos de obras e serviços de engenharia é dada ciência do Governador do Estado:

I – após aferição do respectivo objeto;

II – antes da aferição referida neste artigo, ouvida a Secretaria da Infraestrutura, na hipótese excepcional de readequação do projeto para compatibilização da despesa com a disponibilidade orçamentário-financeira.

Art. 27. As minutas dos editais de licitação, dos contratos, acordos, ajustes e respectivas alterações:

I – para compras, obras e serviços, submetem-se ao prévio exame da assessoria jurídica da unidade licitante e, na falta desta ou a critério do ordenador de despesa, da Procuradoria-Geral do Estado, na conformidade do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – que contenham a participação de instituição financeira e impliquem modificação do procedimento de arrecadação, pagamento, prestação de serviços e repasse de ICMS e IPVA aos municípios, além da obrigatoriedade definida no inciso I deste artigo, são produzidas pela Secretaria da Fazenda com a interveniência do órgão solicitante.

Art. 28. Os aditamentos que modifiquem o valor contratual, em decorrência da ampliação do seu objeto nos limites legais ou de prorrogação do prazo, devem ser tecnicamente motivados e conter a correspondente classificação orçamentária.

CAPÍTULO IV DOS CONVÊNIOS E OUTROS ATOS DE COOPERAÇÃO ASSOCIATIVA

Art. 29. Os convênios, ajustes, termos de compromisso e de cooperação, além de outros atos do gênero, inclusive suas alterações, são instruídos na unidade administrativa celebrante, na conformidade:

I – da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto Federal 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro de 2011;

II – do plano de trabalho previamente aprovado.

Art. 30. Depende de prévia liberação do Governador do Estado, expedida no bojo de petição motivada do respectivo ordenador, a devolução de recurso vinculado a convênio ou a outros atos de cooperação associativa.

Art. 31. É delegada atribuição aos Secretários de Estado para celebrar convênios, acordos, ajustes e outros atos de cooperação associativa que não contenham contrapartida financeira do Estado.

Art. 32. Não se aplicam as exigências contidas no inciso III do *caput* art. 18 e no parágrafo único do art. 19, deste Decreto, no decorrer da tramitação do Anexo III, dos Convênios, Contratos de Repasse e Instrumento Congêneres da União.

Art. 33. Os procedimentos de execução orçamentário-financeira, no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, obedecem às seguintes rotinas:

I – após assinatura e publicação do instrumento do convênio ou do contrato de repasse, fica o órgão conveniente obrigado a iniciar a despesa, ressalvados os casos de pendência na aprovação de cláusula suspensiva;

II – após a efetivação do procedimento licitatório, deve o conveniente registrá-lo no Sistema SICONV na Aba de “Processo de Compra”, em conformidade com o art. 6º, inciso XVIII, da Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro de 2011;

III – após a conclusão dos atos da celebração contratual, deve o conveniente proceder ao correspondente registro no SICONV na Aba de “Contratos”, em conformidade com o art. 6º, inciso XVIII, da Portaria Interministerial 507/2011;

IV – após a efetivação dos procedimentos de liquidação, deve o conveniente registrá-los no SICONV na Aba de “Documento de Liquidação.” A Nota Fiscal ou Fatura deve estar atestada. Quando eletrônica, deve apor-se o carimbo de DANFE, preencher no sistema as metas e etapas do convênio ou contrato de repasse e o rateio da despesa na utilização do recurso entre concedente, contrapartida e rendimentos;

V – na fase de pagamento de bens, obras e serviços, o conveniente deve:

a) quando não se tratar de Ordem Bancária de Transferência Voluntária – OBTV, realizar os procedimentos de Pagamento no SIAFEM e após inseri-los no SICONV na Aba de “Pagamento”;

b) nos casos de OBTV, o pagamento é realizado no próprio SICONV, por um operador habilitado, com perfil de “Gestor Financeiro do Conveniente”, o qual deve registrá-lo na Lapela “Execução” do Item “Pagamento com OBTV.” Em seguida:

1. o processo físico é encaminhado à Secretaria da Fazenda para a obtenção da Senha de OBTV do “Ordenador de Despesa do Conveniente”;

2. uma vez efetuado o pagamento, o órgão executor faz registrar Nota de Liquidação de Regularização junto ao SIAFEM.

Art. 34. Compete à Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública acompanhar a gestão dos convênios e contratos de repasse federal do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO V DA LICITAÇÃO

Art. 35. São precedidos de Nota de Dotação – ND, emitida pelo SIAFEM, ou da declaração prevista no inciso I do art. 18, deste Decreto, para fins de comprovação de suficiência de crédito orçamentário:

I – os procedimentos licitatórios ou os correspondentes atos de dispensa e inexigibilidade;

II – as transferências ou a descentralização de recursos.

Parágrafo único. Nas licitações de registros de preços, a ND, peça precedente do ato de autorização e abertura da despesa, é juntada ao respectivo procedimento administrativo no ato da contratação.

Art. 36. Cumpre à unidade orçamentária requisitante justificar a necessidade da contratação e definir o objeto da licitação, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com a fixação dos prazos para fornecimento.

Art. 37. As licitações no âmbito do Poder Executivo são processadas e julgadas pelo órgão próprio da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública.

§1º O disposto neste artigo não se aplica:

I – à Secretaria da Infraestrutura e à Agência de Máquinas e Transportes do Estado do Tocantins – AGETRANS no que respeita à contratação de obras e serviços de engenharia, bem assim à aquisição de máquinas e equipamentos cuja gestão seja atribuída à Secretaria da Agricultura e Pecuária;

II – à Secretaria da Educação e Cultura e à Secretaria da Saúde no que respeita à aquisição de bens e à contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, necessários ao desempenho de suas atividades;

III – à Agência Tocantinense de Saneamento – ATS na aquisição de bens e na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia, necessários ao desempenho de suas atividades;

IV – à Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS na aquisição de bens e na contratação dos serviços necessários ao desempenho de suas atividades;

V – à Secretaria da Fazenda na aquisição de bens e na contratação dos serviços necessários ao implemento do Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins – PROFISCO;

VI – à unidade orçamentária que, verificada a disponibilidade imediata dos bens e serviços conexos aos programas financiados, utilize o *shopping* ou Método de Comparação de Preços, internacional e nacional, até o limite de R\$ 80.000,00 por procedimento.

§2º Cabe ao gestor do órgão ou da entidade decidir, em ato motivado, sobre:

I – os casos de dispensa de licitação, previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666/1993;

II – os demais casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, ouvida a Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 38. Na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços, inclusive os de consultoria, com a utilização de recursos de organismos internacionais, oriundos de acordos, doação, empréstimos, cooperação técnica não reembolsável e convênios, são aplicadas as normas, condições e diretrizes dos respectivos agentes financeiros, na conformidade do §5º do art. 42 da Lei Federal 8.666/1993.

Parágrafo único. À aquisição e contratação de que trata este artigo precede seleção realizada pela:

I – Comissão de Licitação de Obras Públicas e de Serviços, da Secretaria da Infraestrutura, na contratação de obras e serviços de engenharia;

II – Comissão Especial de Licitação, da Secretaria da Fazenda, na aquisição de bens e na contratação dos serviços necessários à implementação do Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins – PROFISCO;

III – Superintendência de Licitação da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, nos demais casos de aquisição de bens e contratações de serviços.

Art. 39. As aquisições dos bens e serviços necessários ao desempenho das atividades de órgão ou entidade adquirente ou contratante são precedidas de planejamento obediente:

I – aos limites legais;

II – à definição das unidades e quantidades ou os produtos e resultados a obter;

III – à disponibilidade orçamentária, à programação financeira e ao cronograma de desembolso mensal;

IV – às condições de guarda e armazenamento que preserve o material adquirido.

Parágrafo único. No procedimento de compras, cumpre ao setor competente manter sistema atualizado de maneira a permitir a especificação completa do bem e favorecer a pesquisa ou a cotação de preços mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

Art. 40. A contratação de serviços é precedida da apresentação do projeto básico ou do termo de referência, elaborado, de preferência, por técnico dotado de qualificação compatível com as especificações dos trabalhos a contratar.

Parágrafo único. O projeto ou termo de que trata este artigo é avaliado pelo ordenador de despesa para fins de justificação e aprovação.

Art. 41. A prerrogativa atribuída no §2º, inciso I, do art. 37 deste Decreto depende:

I – do uso do sistema de compras via Internet, na conformidade do Decreto Estadual 1.124, de 13 de fevereiro de 2001;

II – da justificativa de que a aquisição não se refira a parcelas de um mesmo serviço ou a compra que possa ser realizada de uma só vez.

Parágrafo único. Na hipótese de o sistema de compras via Internet não registrar, por duas vezes consecutivas, os preços que subsidiem a contratação direta, independentemente do motivo, é facultado ao ordenador de despesa, mediante justificativa, utilizar outros meios de pesquisa ou cotação, levantamento ou banco de dados, que demonstrem os preços praticados no mercado.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE NA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 42. As unidades orçamentárias são responsáveis pela elaboração dos projetos básicos e executivos das obras e serviços de engenharia a seu cargo.

Parágrafo único. A atribuição definida neste artigo não exclui a da Secretaria da Infraestrutura na elaboração dos projetos básicos e executivos solicitados por unidade orçamentária.

Art. 43. Compete à Secretaria da Infraestrutura o orçamento, a licitação, a fiscalização e o acompanhamento das obras e dos serviços de engenharia das unidades que compõem o Poder Executivo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos especiais cometidos à competência da Agência de Máquinas e Transportes do Estado do Tocantins – AGETRANS, da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, da Secretaria da Educação e Cultura e da Secretaria da Saúde.

Art. 44. As medições de obras são efetuadas e atestadas pela Secretaria da Infraestrutura, responsável pela execução delas, na conformidade do projeto e do memorial descritivo.

Parágrafo único. A atribuição da função referida neste artigo não exclui a da AGETRANS, no âmbito da sua competência.

Art. 45. Quando se referir a obra e serviço de engenharia, a autorização de pagamento é expedida em ato conjunto do ordenador de despesa da unidade contratante e do Secretário de Estado da Infraestrutura, na conformidade do Anexo VIII a este Decreto.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE DAS DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Art. 46. A Secretaria da Comunicação Social é o órgão responsável pelos serviços de publicidade e propaganda solicitados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Art. 47. Compete à Secretaria da Comunicação Social a cotação de preço, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços de publicidade e propaganda.

Parágrafo único. Considera-se serviço de publicidade as atividades integradas que tenham por objeto:

I – o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa da publicidade;

II – a distribuição de publicidade aos meios e veículos de divulgação, a fim de promover a venda de bens e serviços de qualquer natureza e difundir ideias e informações ao público em geral, nos termos da Lei Federal 12.232, de 29 de abril de 2010.

Art. 48. Incumbe à Secretaria da Comunicação Social apurar e atestar a prestação do serviço de publicidade, atendidas as especificações do contrato.

Art. 49. A autorização de pagamento é expedida em ato conjunto do ordenador de despesa da unidade contratante e do Secretário de Estado da Comunicação Social na conformidade do Anexo VIII a este Decreto.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIO-OPERACIONAL

Art. 50. O controle da execução orçamentário-operacional compreende:

I – a legalidade dos atos de que resulte arrecadação de receita ou a realização de despesa, a origem ou a extinção de direitos e obrigações;

II – a probidade funcional dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos.

Art. 51. Cumpre ao gestor da unidade orçamentária operacionalmente estruturada manter o controle dos próprios atos, com a finalidade de:

I – conformá-los com:

a) os princípios de direito de ordem constitucional e administrativa;

b) as normas gerais e específicas, em especial as do Tribunal de Contas do Estado;

II – acompanhar e orientar os procedimentos de planejamento, orçamento, avaliação e cumprimento efetivo das metas e dos resultados dos programas constantes da Lei Orçamentária e do respectivo Plano Plurianual – PPA;

III – prestar o apoio e as informações técnicas necessários às inspeções e auditorias, inclusive as de programas específicos, realizadas pelo Controle Externo e pela Controladoria-Geral da União;

IV – avaliar e aprovar as contas de adiantamentos:

a) atribuídos a servidor público;

b) de descentralizações;

c) de transferências de recursos a pessoa pública e privada;

V – enviar à Controladoria-Geral do Estado:

a) cópia dos relatórios de análise das prestações de contas anuais e dos atos julgados ilegais pelo Tribunal de Contas do Estado, bem assim dos relatórios de auditorias ou inspeções levados a efeito na unidade orçamentária pelos Tribunais de Contas do Estado e da União e pela Controladoria-Geral da União, juntamente com as respostas relativas às ocorrências apontadas;

b) as minutas de defesa das prestações de contas pendentes de aprovação junto à União;

c) os anteprojetos de lei, as minutas de regulamentos e de instruções normativas cujas matérias se relacionem aos sistemas de controle, na conformidade do art. 9º da Lei Estadual 2.735, de 4 de julho de 2013;

VI – conferir uniformidade de interpretação e homogeneidade à aplicação das normas e utilização dos procedimentos legais pertinentes aos processos de execução de despesa.

§1º A baixa da responsabilidade de que trata o inciso IV, deste artigo, no SIAFEM, é realizada pelo contabilista da respectiva unidade gestora, mediante efetiva aprovação da respectiva prestação de contas.

§2º Não é considerada unidade orçamentária operacionalmente estruturada a que executa seu orçamento por meio de outro órgão ou unidade, inclusive conselhos e fundos especiais.

§3º Cumpre à Controladoria-Geral do Estado formalizar normas complementares à execução do convênios.

Art. 52. Incumbe aos dirigentes dos órgãos da administração direta, autarquias, fundos e fundações fornecer, por meio de relatórios trimestrais, em formulários disponibilizados no sítio da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, as informações pertinentes à avaliação dos resultados físico-financeiros dos programas, das ações e dos projetos contidos no Plano Plurianual – PPA.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53. Na instrução dos autos do procedimento administrativo, é atendida:

I – a ordem cronológica dos documentos;

II – a quantidade máxima de 200 folhas;

III – o apensamento de novo volume, a partir das 200 folhas, mediante termos de encerramento e abertura.

Art. 54. O gestor da unidade orçamentária dotada de sistema informatizado é responsável por sua manutenção e atualização, pelos documentos, códigos-fonte, manuais e outras instruções pertinentes, para efeito de acompanhamento, controle e avaliação de desempenho.

Art. 55. Cumpre ao Secretário de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública autorizar previamente a divulgação dos informes de natureza orçamentário-financeira, com os respectivos indicadores socioeconômicos.

§1º A divulgação de que trata este artigo é realizada pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

§2º O disposto no §1º deste artigo não se aplica aos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e os balancetes mensais.

Art. 56. São depositados em contas-correntes específicas os recursos destinados, na conformidade dos arts. 198 e 212 da Constituição Federal:

I – à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

II – às ações e aos serviços públicos de saúde.

Art. 57. No sistema de contabilidade do Estado são registradas, mensalmente, as provisões de férias e gratificação natalina, inclusive os encargos, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Cumpre à Secretaria da Fazenda manter em contas de aplicação financeira específicas os valores suficientes à provisão da gratificação natalina e dos encargos sociais.

Art. 58. As cotas de custeio dos órgãos e das entidades sujeitam-se ao automático bloqueio quando os demonstrativos contábeis, exigidos no Decreto Estadual 2.595, de 6 de dezembro de 2005:

I – não sejam entregues ao Departamento de Gestão Contábil, da Secretaria da Fazenda, até dia 8 do mês subsequente;

II – não estejam assinados por contabilista da própria unidade gestora, com aprovação da respectiva prestação de contas.

Parágrafo único. O desbloqueio das cotas de custeio se realiza mediante comunicado do Departamento de Gestão Contábil, da Secretaria da Fazenda, sobre o recebimento dos demonstrativos contábeis.

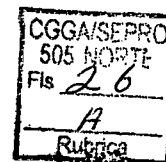
Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. É revogado o Decreto 4.576, de 21 de junho de 2012.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 25 dias do mês de março de 2014; 193ª da Independência, 126ª da República e 26ª do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil



INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para conveniar poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

Unidade Federativa: TO - TOCANTINS

Data da

pesquisa: 11/05/2015

CNPJ Pesquisado: 33.206.723/0001-09 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Atendimento aos Requisitos Fiscais:

Requisitos Fiscais	Fonte da informação/atualização	Atendimento	Validade
Obrigações de Adimplência Financeira			
Regularidade quanto a Tributos, a	PGFN/RFB		
1.1 Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	06/10/2015
1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA		
	Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	13/05/2015
1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN		
	Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	11/05/2015
1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN		
	Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	11/05/2015
II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios			
2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SIAFI		
	SIAFI/Subsistema Transferências	Comprovado	11/05/2015
	SICONS		
	Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	11/05/2015

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[Imprimir](#)
[Imprimir Itens](#)
[Exportar](#)
[Voltar](#)

SOBRE O TESOIRO NACIONAL

POLÍTICA FISCAL

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Sobre o Tesouro Nacional

[Missão](#)
[Quem é quem](#)
[Galeria dos Secretários](#)
[Modelo de gestão](#)
[Organograma](#)
[Nossa marca](#)
[Trabalhe no Tesouro Nacional](#)
[Conheça o Tesouro Nacional](#)
[Prêmio Tesouro Nacional](#)
[Textos para discussão](#)

Política Fiscal

[Prefeituras e Governos Estaduais](#)
[Contabilidade Pública](#)
[Fundo Soberano](#)
[Lei de Responsabilidade Fiscal](#)

Sobre a Dívida Pública Federal

[Gestão da Dívida Pública Federal](#)
[Mercado Interno](#)
[Mercado Externo](#)
[Publicações](#)
[Relacionamento com Investidor](#)

NOVIDADES

[CENTRAL DE INFORMAÇÕES](#)
[IMPRENSA](#)
[PERGUNTAS FREQUENTES](#)
[GLOSSÁRIO](#)
[FALE CONOSCO](#)

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados

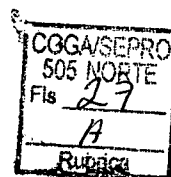
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bloco

P - CEP 70.048-900 Brasília - DF

Problemas com o Portal? portal.geifo@fazenda.gov.br



Ministério do Meio Ambiente

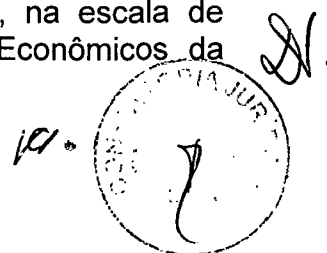


ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS.

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, CEP: 70.068-901, por intermédio de sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, neste ato representada por Paulo Guilherme Francisco Cabral, portador da Cédula de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF sob o nº 313.278.261-00, nomeado pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2012, e conforme delegação de competência constante da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, residente e domiciliado na SQS 403, bloco N, apartamento 202 – Asa Sul – Brasília/DF – CEP 70.237-140, e o **ESTADO DO TOCANTINS**, representado pela Secretaria do Planejamento e Orçamento inscrito no CNPJ nº 33.206.723/0001-09, neste ato representada por David Siffert Torres, portador da Cédula de Identidade nº 417.060, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) e inscrito no CPF sob o nº 186.385.621-87; nomeado Secretário por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.288, de 02 de janeiro de 2015, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os Partícipes visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado do Tocantins, na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal e do Bioma Cerrado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste Instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos Partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I – compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer aos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nºs 4.297, de 10 de julho de 2002, e 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Tocantins no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE em todo o Estado do Tocantins;

d) assistir ao Estado do Tocantins no monitoramento e atualização do ZEE do Norte do Estado do Tocantins;

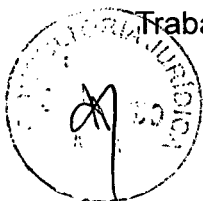
e) colocar à disposição do Governo do Estado do Tocantins as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, do MacroZEE do bioma Cerrado e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) definir equipe técnica para, juntamente com o Governo do Estado do Tocantins, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) discutir com o Governo do Estado do Tocantins o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Governo do Estado do Tocantins;

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica;



II – Compete ao Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN:

a) articular a Comissão Estadual de ZEE com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Tocantins;

b) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado do Tocantins em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

c) realizar atividades de sensibilização e capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Tocantins;

d) realizar atividades de monitoramento socioambiental e de uso da terra do ZEE no Estado, em especial para o ZEE do Norte do Tocantins;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Tocantins;

f) definir equipe técnica para, juntamente com o MMA, fazer o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA;

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

Parágrafo único. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão

assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos aos Partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá a vigência de três anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

[Assinatura]

[Assinatura]

CLÁUSULA ONZE - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, fica consignado que os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DOZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo, no Diário Oficial da União, na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

W.

19



E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, 23 de junho

de 2015.

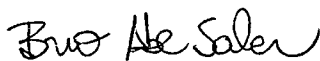


PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR



DAVID SIFFERT TORRES
Secretário do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

TESTEMUNHAS:



Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER
CPF nº: 06061012683
RG nº: 12338626 (SSP/MG)



Nome: Felipe Lima Ramos Barbosa
CPF nº: 002.969.831-60
RG nº: 2.560.160 (SSP/DF)



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Orçamento		CNPJ/MF: 33.206.723/0001-09	
ENDEREÇO: Praça dos Girassóis s/nº, Esplanada das Secretarias, Centro			
CIDADE: Palmas	UF: Tocantins	CEP: 77.001-002	
NOME DO RESPONSÁVEL: David Siffert Torres		CPF: 186.385.621-87	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 417.060	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/DF	CARGO: Secretário do Planejamento e Orçamento	

2. OUTROS PARTICIPES

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0001-07	
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700			
CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-901	
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261-00	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

Dr. R

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Tocantins visando apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Tocantins (escala de 1:250.000).

Prazo para execução: 03 (três) anos.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Tocantins realizará, com diferentes níveis de detalhamento, a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil tocaninense.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Tocantins, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, sejam feitas a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Tocantins como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE da Amazônia Legal e o MacroZEE do bioma Cerrado.

Nesse contexto a parceria com o MMA reveste-se de fundamental importância em função da experiência de seus técnicos e do volume de informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, particularmente no MMA, que podem ser utilizadas em favor da implantação do ZEE do Tocantins bem como em outros projetos e estudos a serem desenvolvidos no Estado do Tocantins.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelos demais órgãos e autarquias do MMA e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

19

21.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
FASE 1	Divulgação do Diagnostico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins		1	120
META 1	Impressão e disponibilização na web de relatórios técnicos do Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins para fins de ZEE	Relatórios técnicos impressos e disponibilizados na web	1	120
FASE 2	Monitoramento socioambiental do ZEE do Norte do Estado do Tocantins		1	240
META 2	Monitoramento socioambiental do ZEE do Norte do Tocantins	Bases estatísticas e relatório técnico elaborados	1	240
META 3	Sistematização e atualização do uso da terra nos anos de 2010 e 2014 do ZEE do Norte do Tocantins	Bases vetoriais, mapas e relatório técnico elaborados	1	240
FASE 3	Diagnósticos e proposta de gestão do ZEE do Estado do Tocantins		241	620
META 4	Compartimentação do Estado do Tocantins em unidades dos sistemas ambientais	Mapas e relatórios elaborados	241	380
META 5	Diagnóstico ecológico-econômico do Estado do Tocantins, contendo: unidades dos sistemas ambientais, potencialidade natural, fragilidade natural e corredores ecológicos	Mapas e relatórios elaborados	381	410
META 6	Cenários tendenciais e alternativos para o Estado do Tocantins	Cenários elaborados	441	470
META 7	Mapa de gestão territorial e diretrizes gerais e específicas de uso	Mapa e diretrizes elaborados	501	570
META 8	Caracterização dos atores sociais de interesse para o plano de ZEE do Tocantins	Relatório elaborado	571	600

W. R

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
META 9	Oficina de validação do mapa de gestão territorial e das diretrizes gerais e específicas junto à Comissão Estadual de ZEE	Oficina realizada	601	620
FASE 4	Discussão e institucionalização do ZEE do Estado do Tocantins e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução		621	950
META 10	Consultas públicas de apresentação e discussão do ZEE do Estado do Tocantins	Audiências públicas realizadas	621	670
META 11	Seminário final de apresentação e validação do ZEE do Estado do Tocantins pela Comissão Estadual de ZEE do Tocantins	Seminário realizado	671	830
META 12	Plano de ação do ZEE do Estado do Tocantins	Plano de ação elaborado	831	860
META 13	Marco legal que institui o ZEE do Estado do Tocantins	Marco legal elaborado	861	890
META 14	Disponibilização em ambiente web do banco de dados do ZEE do Estado do Tocantins	Banco de dados disponibilizado	891	920
META 15	Capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Tocantins	Cursos de capacitação realizados	921	950
FASE 5	Apreciação do ZEE do Estado do Tocantins pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)		951	1095
META 16	Análise do ZEE do Estado do Tocantins pelo MMA, para posterior encaminhamento ao Consórcio ZEE Brasil e, subsequente envio para apreciação da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	Parecer sobre o ZEE elaborado	951	1010
META 17	Apreciação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	1011	1095

OBS: (*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica.

8/

9

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília - DF, 23 de junho de 2015.



PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR



DAVID SIFFERT TORRES
Secretário do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

TESTEMUNHAS:



Nome: BRUNO SIQUEIRA AZEITEIRO
CPF nº: 06061012683
RG nº: 12338626 (SSP/MG)



Nome: Felipe Lima Ramos Barbosa
CPF nº: 002.969.831-60
RG nº: 2.560.160 (SSP/DF)

Ministério do Meio Ambiente
SEPRO/DSG/CGSG/CGGA
CONFERIDO

Processo autuado com 32 peças(s)

Data: 12/05/2015

JANEX
Servidor

Demer Dantas Vieira
Agente Administrativo
SEPRO/DSG/CGGA

EM BRANCO



Processo nº 02000.000826/2015-99

DESPACHO - DZT


Brasília/DF, 24 de maio de 2015.

Ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU

Encaminhamos o processo, ora em tela, e solicitamos a assinatura do Secretário da SRHU na Nota Técnica, acostada à contracapa desse processo, e o seu posterior encaminhamento à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR).

Após a assinatura da Nota Técnica pelo Secretário da SEDR, solicitamos a gentileza de remeter o processo à Consultoria Jurídica para análise e encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

À SEDR,

Com o ciente do Secretário Substituto


Hugo de Valle Mendes
Chefe de Gabinete Substituto
SRHU/MMA
Mat. 1839866

22/05/15

000 14 113

EM BRANCO

RECEBIDO NA SEDR

Em 22/05/16

As 15:51

Duane Augusto



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Protocolo nº 02000.000826/2015-99

Em 25 de maio de 2014.

À CONJUR/GM,

Encaminhamos o presente processo para análise e demais encaminhamentos do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o estado do Tocantins. A minuta digital foi encaminhada para o endereço eletrônico iguaci.silva@mma.gov.br.

Atenciosamente,


ROSELI BUENO DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



NOTA TÉCNICA nº 06/2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília/DF, 12 de maio de 2015.

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o estado do Tocantins, visando o apoio à elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado do Tocantins – Processo nº 02000.000826/2015-99

1. DESTINATÁRIO

Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente

2. INTERESSADO

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

3. REFERÊNCIA

3.1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

3.2. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

3.3. Lei estadual nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e adota outras providências;

3.4. Lei estadual nº 2.656, de 06 de dezembro de 2012, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins – ZEE, e dá outras providências;

3.5. Medida Provisória estadual nº 01, de 02 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências;

19

3.6. Decreto estadual nº 2.928, de 16 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as estruturas básica e operacional, as competências e os quadros de cargos de provimento em comissão dos Órgãos integrantes do Poder Executivo, e adota outras providências;

3.7. Decreto estadual nº 5.014, de 25 de março de 2014, que dispõe sobre a execução orçamentária-financeira do Poder Executivo, e adota outras providências;

3.8. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2010, que regula o art. 9º, inciso II, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências;

3.9. Decreto s/n, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências;

3.10. Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências;

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar a pertinência quanto a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento – Seplan.

4.2. A Seplan, por meio do Ofício nº 410/SEPLAN/GABSEC de 23 de abril de 2015, formalizou interesse em celebrar instrumento de cooperação técnica de interesse mútuo, estruturado em Acordo de Cooperação Técnica (ACT), a ser assinado entre o MMA e o Governo do Estado do Tocantins. O expediente solicita apoio técnico dessa pasta no processo de elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) em todo o território tocantinense, visto que o estado já busca parceria financeira e institucional com o Banco Mundial para viabilizar a respectiva agenda de zonificação. O ZEE estadual será elaborado na escala de 1:250.000, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológicos-Econômicos da Amazônia Legal e da região Centro-Oeste. Nesse sentido, os expedientes encaminhados apresentam o Plano de Trabalho contendo 5 fases, subdivididas em 17 metas, com prazo de execução previsto de 3 anos.

4.3. O citado Ofício nº 410/SEPLAN/GABSEC encaminhou, também, como anexos: (i) legislações correlatas à estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual e a finalidade e competência a cargo da Seplan; (ii) o decreto estadual nº 5.014/2014 que dispõe sobre a execução orçamentária-financeira do Poder Executivo e, conforme o art. 31, delega competências aos Secretários de Estado para *celebrar convênios, acordos, ajustes e outros atos de cooperação associativa que não contenham contrapartida financeira do Estado*; (iii) a documentação do Secretário da Seplan, David Siffert Torres: ato de nomeação e informações pessoais – documento de identidade, CPF e comprovante de endereço.

4.4. Além dos mencionados documentos comprobatórios encaminhados com vistas a atender o procedimento de celebração desse instrumento de cooperação, foi realizada





consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntárias (CAUC) com a finalidade de verificar as pendências do proponente junto, principalmente, ao Cadastro do Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e as certidões negativas relativas a débitos quanto tributos, contribuições previdenciárias federais e à dívida ativa da União, visto que, segundo orientações da própria consultoria jurídica dessa pasta, entende-se como *incoerente a celebração de um ajuste dessa natureza com pessoa jurídica pública ou privada que se encontre em situação de pendência perante o Poder Público Federal*. No momento de elaboração desse expediente técnico, o proponente não possui pendências conforme consulta no mencionado sistema informacional.

4.5. Cabe ressaltar que a atribuição em *realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico*, originalmente, era prevista na estrutura das competências da antiga Secretaria de Planejamento, conforme disposto no decreto estadual nº 2.928/07, que teve sua denominação transformada para Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública por intermédio da lei estadual nº 2.425/11. Ademais, recentemente, as atribuições da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública foram transferidas para a atual Secretaria do Planejamento e Orçamento, conforme os dispostos na medida provisória nº 1, de 02 de janeiro de 2015. Nesse sentido, justifica-se a capacidade jurídica do proponente quanto ao presente pleito solicitado ao MMA.

4.6. A propositura do ACT, ora em pauta, vem para complementar uma cooperação mútua já existente entre o MMA e a Seplan no escopo do processo de ZEE estadual, no caso, no âmbito da execução do convênio nº 00003/2012, registrado no Portal dos Convênios (Siconv) sob o nº 775631/2012, instrumento que possui vigência até 30 de julho de 2015. Especificamente, o convênio tem por objeto a *elaboração do diagnóstico da dinâmica social e econômica, identificando os principais agentes econômicos e sociais, sua articulação aos sistemas produtivos e logísticos existentes, bem como principais tendências de apropriação e articulação territorial no Tocantins, visando apoiar o planejamento do uso da paisagem via ZEE*.

4.7. Assim, o Plano de Trabalho proposto visa criar segurança jurídica entre as partes envolvidas principalmente com vistas à continuidade do processo de zonificação do estado, como pode ser percebido na própria estrutura proposta de fases, a saber: (i) Divulgação do diagnóstico social e econômico do estado do Tocantins; (ii) Monitoramento socioambiental do ZEE do Norte do Estado do Tocantins, previamente instituído pela lei estadual nº 2.656/12; (iii) Diagnósticos e proposta de gestão do ZEE do Estado do Tocantins; (iv) Discussão e institucionalização do ZEE do Estado do Tocantins e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução; (v) Apreciação do ZEE do Estado do Tocantins pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE).

4.8. Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras são caracterizadas pela baixa coordenação, coerência e consistência das ações desenvolvidas. As instâncias responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ainda carecem de uma maior troca de informações e perspectivas para a construção de estratégias de intervenção transversais e mais abrangentes. Como resultado, a trajetória das políticas públicas é profundamente marcada por direções relativamente autônomas e fragmentadas, pautadas por visões distintas e, por vezes contraditórias, dos problemas e soluções.

4.9. Contudo, a percepção de que no núcleo dos obstáculos ao desenvolvimento está a falta de uma abordagem integrada aos problemas que atingem a sociedade, faz crescer uma tendência de se instaurar um novo modelo de gestão pautado na conciliação e no esforço

17

mútuo dos resultados e dos meios institucionais para seu alcance, cabendo ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) papel fundamental nesse processo.

4.10. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), previsto no art. 9º da lei nº 6.938/81 e regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando suas relações econômicas, sociais e ambientais. Ao fornecer um diagnóstico sobre os meios físico-biótico, socioeconômico e sobre sua organização jurídico-institucional, oferece diretrizes de ação de acordo com as fragilidades e potencialidades do território, além de refletir os diferentes interesses da sociedade. Para tanto, sua elaboração demanda um amplo esforço de articulação institucional, objetivando a integração das ações e políticas públicas setoriais, bem como um diálogo com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território sob a óptica da sustentabilidade. Desse modo, contribui para um sistema de planejamento mais eficaz, onde os investimentos e esforços são aplicados de acordo com as peculiaridades do território, entendido como elemento central para o planejamento, tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada.

4.11. Considerando a estrutura de governança da agenda de ZEE a nível federal (decreto s/n, de 28 de dezembro de 2001), cabem à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e ao Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil) a articulação (art.1º, II), a coordenação do intercâmbio técnico e metodológico e a assessoria técnica (art. 6º, VI e VII) aos Estados apoiando-os na execução dos seus respectivos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, inclusive compatibilizando seus trabalhos com aqueles executados pelo Governo Federal. Assim, fica claro o interesse mútuo de cooperação entre o MMA, nesse caso no papel institucional de coordenador de ambos os colegiados, e o estado do Tocantins com vistas ao apoio técnico no processo de elaboração e implementação da citada iniciativa estadual de zonificação, a ser realizada na escala de 1:250.000.

4.12. Cabe ainda ressaltar, com vistas a reforçar a necessidade institucional de apoio da União aos entes federados, a recente obrigação expressa na Lei nº 12.651/12, art. 13º §2º. Consta nesse dispositivo legal o prazo de 5 anos para os estados elaborarem e aprovarem seus respectivos ZEEs, observando a metodologia unificada. Visto isso, o ACT em tela é peça primordial no apoio da União à implementação desse dispositivo do Código Florestal.

4.13. Dessa forma, o ACT em pleito é uma peça de cooperação mútua fundamental para garantir a segurança jurídica do apoio técnico do MMA nessa importante etapa na agenda do ZEE do estado do Tocantins. Vale ressaltar, contudo, que tal apoio não irá implicar na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

4.14. O acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan) com vistas a ordenar as atribuições de cada partícipe com o objetivo de alcance do objeto pactuado, conforme expresso no parágrafo 4.2. Também consta Plano de Trabalho detalhado contendo as metas, especificações, indicadores físicos de monitoramento e duração, correspondendo à estrutura prevista nas próprias orientações da Conjur/MMA.

4.15. Ao Ministério do Meio Ambiente, caberá assistir o estado do Tocantins no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do pretendido ZEE estadual em sinergia aos pressupostos técnicos e institucionais estabelecidos no decreto nº 4.297/02 e mediando a participação das instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil na execução do Plano de Trabalho. As atribuições estão detalhadas na cláusula terceira do ACT.



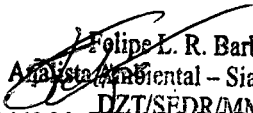
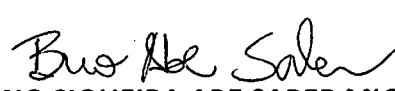
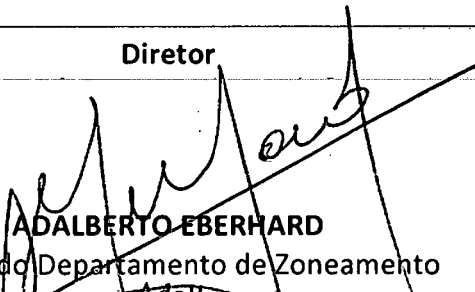

4.16. Para tanto, o Plano de Trabalho contém 17 metas a serem executadas em um prazo de vigência de 3 anos, que perpassam as etapas de elaboração, implementação e disponibilização das informações geradas durante o processo citado de zonificação.

5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

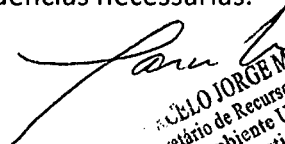
5.1. A partir das manifestações técnicas argumentadas na seção 4, bem como os princípios do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições legais contidas no novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação tais como aqui analisadas. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4.297/02 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

5.2. Tendo em perspectiva essas manifestações, esse Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.000826/2015-99 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

À consideração superior,

ASSINATURAS	
Responsável pela elaboração da nota técnica	Chefia Imediata
 FELIPE L. R. BARBOSA Analista Ambiental – Siape 1778151 DZT/SED/IMMA FELIPE LIMA RAMOS BARBOSA Analista Ambiental	 BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL Analista Ambiental Gerente de Projeto
Diretor	Secretário
 ADALBERTO EBERHARD Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SED/IMMA	 PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


NEY MARANHÃO
 Secretário de Recursos Hídricos e
 Ambiente Urbano
 Substituto

NEY MARANHÃO
 Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000.00082612015-99	26/05/15	08:34	36DR

Frumuio

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒

Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐

Apoio Administrativo

OBS:

Brasília, 26/05/2015

Mauro de Lima O' Almeida
MAURO DE LIMA O' ALMEIDA
Advogado da União
Consultor Jurídico

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐

Fernanda Fernandes

☐

Rodrigo Magalhães

☐☐

Gustavo Carolino

☐

Tânia Arrais

☐☐

Olavo Medeiros

☐

Tayse Oliveira

☐☐

Pedro Allemand

☐

Thais Madruga

☐☐

Rafael Amorim

☐

Tiago Mendes

☐

OBS:

Brasília, ____/____/201__

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em ____/____/201__

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

Assessoria Técnica

Nome: *Maria Amélia*

Data: 24 / 05 / 2015

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, ____/____/____

Advogado(a)/Servidor(a)

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: _____

Brasília, ____/____/201__

Advogado(a)/Servidor(a)

ARQUIVO/SAA

TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Nesta data faz o presente os presentes autos da seguinte manifestação:

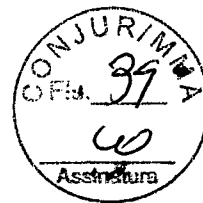
☒ Parecer ☐ Nota ☐ Consulta ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros
nº 310/201, de 05.05.15, tendo como signatário(a) o(a) Dr(a)

James Arcanjo Monteiro

Brasília, 02.06.15 às 08.33

Gois

Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

PARECER Nº 310/2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta

PROCESSO nº 02000.000826/2015-99

INTERESSADO: MMA/Estado do Tocantins

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica

REFERÊNCIA: Nota Técnica nº 06/2015/GAB/SEDR/MMA (9.2)

EMENTA: CGCA. ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, ESTADO DO TOCANTINS. IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO- ZEE DO ESTADO DO TOCANTINS, EM ARTICULAÇÃO COM OS MACROZONEAMENTOS ECOLÓGICOS- ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA LEGAL E BIOMA CERRADO. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE. APROVAÇÃO.

Senhor Consultor- Jurídico,

I RELATÓRIO

Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e o Estado do Tocantins, por meio da sua Secretaria de Planejamento e Orçamento, cujo objeto é o estabelecimento de cooperação entre os partícipes para Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico- ZEE do Estado do Tocantins, em articulação com os Macrozoneamentos Ecológicos- Econômicos da Amazônia Legal e Bioma Cerrado.

2. Consta dos autos a seguinte documentação: (i) Nota Técnica nº 06/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 35/37); (ii) Minuta de Acordo de Cooperação (fls. 27/29); (iii) Plano de Trabalho (fls. 30/32); (iv) documentos necessário à celebração do ajuste (fls. 03/26).

3. Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

47



II - APRECIÇÃO JURÍDICA

4. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas aos autos.

5. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos seus signatários e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando a implementação do ZEE no Estado do Tocantins.

6. As áreas técnicas do MMA se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 06/2015/GAB/SEDR/MMA de fls. 35/37, manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

5.1 A partir das manifestações técnicas argumentadas na seção 4, bem como os princípios do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições legais contidas no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação tais como aqui analisadas. As disposições contidas na minuta de Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4.297/02 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico- econômico do Brasil.

5.2. Tendo em perspectiva essas manifestações, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do processo nº 02000.000826/2015-99 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

7. Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.

8. Inicialmente é oportuno ressaltar que, em regra, os Acordos de Cooperação Técnica são instrumentos que formalizam a execução de atividades em

7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS



parceria com órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais), organizações não governamentais ou entidades particulares sem que haja repasse de recursos financeiros, devendo cada partícipe aplicar seus próprios recursos na consecução do pactuado. Nisso difere, por exemplo, de um Convênio.

9. Destaca-se que, embora não preveja o repasse de recurso financeiros entre os partícipes, característica própria dos Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos e entidades públicos, o instrumento em comento caracteriza-se como acordo ou ajuste (lato senso) e, portanto, deve pautar-se, mesmo que de maneira subsidiária, pelas disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993, a qual estabelece: *"Art. 116 Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração"*.

10. No que concerne à minuta apresentada às fls. 27/29 e contracapa dos autos, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993.

11. Quanto aos demais requisitos jurídico-formais, observa-se que os autos foram instruídos com a documentação necessária à formalização do instrumento, consoante disposto na Nota nº 072/2013/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta, que dispõe sobre as Orientações Jurídicas para a elaboração dos Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

III CONCLUSÃO

12. Ante o exposto, considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada às fls. 27/29 dos autos, opino favoravelmente à celebração do ajuste pretendido.

À consideração superior. Após, à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para as providências decorrentes.

Brasília, 29 de maio de 2015.


TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora- Geral de Atos Contratos e Ajustes



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DESPACHO/CONJUR/MMA/Nº 413 /2015

Aprovo o Parecer nº 310 /2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta.
Encaminhem-se os autos à SEDR, conforme sugerido.

Brasília, 29 de maio de 2015.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Consultor Jurídico/MMA

TERMO DE REMESSA
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente
Nesta data faço a remessa dos autos à(s)

SEDR

Brasília, 02/06/15 às 08:33

Assinatura e Carimbo

RECEBIDO NA SEDE
Em 02/06/15
310



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Brasília – DF CEP: 70.068-900
TEL.: (061) 2028-1091

SEDR/MMA

Fls. 41

~~SEDR/MMA~~
rubrica

Ofício n.º 122 /2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 02 de junho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor

DAVID SIFFERT TORRES

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Tocantins – SEPLAN

Praça dos Girassóis s/nº Esplanada das Secretarias - Centro

77.001-002 – Palmas - TO

Assunto: Encaminhamento de 2 (duas) vias do Acordo de Cooperação Técnica para assinatura do representante legal da SEPLAN.

Senhor Secretário,

1. Encaminhamos as duas vias originais do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), bem como o respectivo Plano de Trabalho, a ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Tocantins visando o apoio mútuo na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) do Estado do Tocantins, na escala 1:250.000. Nesse momento do processo, é necessário a assinatura do Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN/TO), Sr. David Siffert Torres, em ambos os expedientes.

2. Após a assinatura, as 2 (duas) vias devem ser remetidas o mais breve possível ao Ministério do Meio Ambiente para os devidos encaminhamentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



MMA

GUIA DE REMESSA - VIA ECT

Nº: M56083

DATA: 02/06/2015

IDENTIFICAÇÃO

Órgão/ Unidade Solicitante

GAB/SEDR

Nome Solicitante

03

Ramal

1022

ESPECIFICAÇÃO DA REMESSA

Destinatário	Conteúdo/ Espécie	Etiqueta - ECT	UF	Tipo de Remessa
DAVID SIFFERT TORRES	OFÍCIO Nº 122/2015/GAB/SEDR/MMA	SF 70034294 5 BR	TO	Sedex

Justificativa (Para remessa por Sedex, Carta Registrada, PAC e MS, informando o motivo da urgência, data limite da entrega e o nº do processo, no caso da AR)

O SEDEX, JUSTIFICA - SE POR SE TRATAR DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO ENTRE O MMA E O ESTADO DE TOCANTINS COM PRAZO. PROCESSO Nº 02000.000826/2015-99.

____/____/____
Data

Carimbo e Assinatura da Chefia Unidade

02 / 06 / 2015
Data


Suzanclayr Brariquinho
Matr. 1787092
SEDR/GAB/APOIO
Assinatura Solicitante

AUTENTICAÇÃO

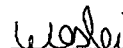
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa

De Acordo.

____/____/____
Data

Coordenador-Geral

EMPRESA DE CORREIOS E TELEGRAFOS – ECT Telefone: (61) 3447-3030/ Site de Rastreamento: <http://www.correios.com.br>

02/06/2015
Data

Nome Legível

Via Única

SECEX/SPOA/CGGA

Fis. 119
SEDRE/MMA

AO DET

Para conhecimento e demais providências.

144, 03/06/15

Anne Roque
Chefe de Divisão
SEDR/MMA
Matrícula: 1727242

A Gerência de FEE para
as providências cabíveis.

[Signature]
05/06/15.

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.015614/2015-00

Data do Protocolo: 15/06/2015

Hora do Protocolo: 17:20:53

Nº do Documento: 917

Data do Documento: 09/06/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [Governo do Tocantins - Secretaria do Planejamento e Orçamento]

Signatário/Cargo: DAVID SIFFERT TORRES/Secretário do Planejamento e Orçamento

Resumo: Encaminhamento de duas vias de Acordo de Cooperação Técnica.

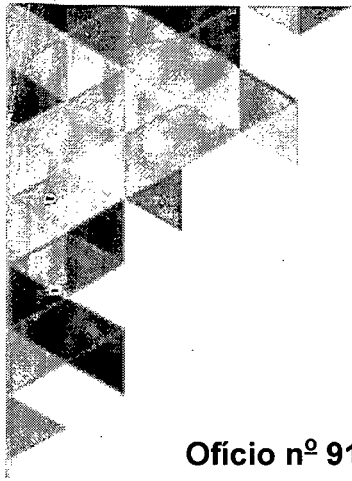
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

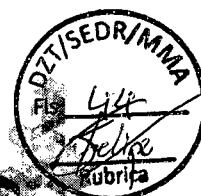
DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>Ao DZI</i> <i>Para conhecimento e demais providências</i> <i>Att, 16/06/15</i> Anne Roque Chefe de Divisão SEDR/MMA Matrícula: 1727242	2º <i>Gerência de FEE</i> <i>para as providências</i> <i>[Assinatura]</i> <i>17/06/15</i> Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA
3º	4º <i>Informo que os autos foram</i> <i>devidamente apensados ao processo</i> <i>nº 02000.000826/2015-99.</i> <i>Att, 19/06/15</i> <i>[Assinatura]</i> Felipe L. R. Barbosa Analista Ambiental - Siape 1778151 DZI/SEDR/MMA
5º	6º
7º	8º



Secretaria do Planejamento e
Orçamento

GOVERNO DO
TOCANTINS
MAIS PERTO DE VOCÊ



2015/13019/3273

Ofício nº 917/SEPLAN/GABSEC

Palmas, 9 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar

70068-900 Brasília – DF

Assunto: Encaminhamento de duas vias de Acordo de Cooperação Técnica.

Senhor Secretário,

Em resposta ao Ofício n 122/2015/GAB/SEDR/MMA, de 2 de junho de 2015, encaminho a Vossa Excelência duas vias, devidamente assinadas, do Acordo de Cooperação Técnica para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins, bem como do respectivo Plano de Trabalho para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

DAVID SIFFERT TORRES

Secretário do Planejamento e Orçamento





Processo nº 02000.000826/2015-99

Brasília/DF, 18 de junho de 2015.

DESPACHO - DZT

Ao Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR.

Dado o posicionamento favorável da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, conforme Parecer nº 310/2015/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta (fls. 39 e 40), e fazendo referência ao Ofício nº 917/SEPLAN/GABSEC de 09 de junho de 2015 (fl. 44), solicitamos a análise e assinatura do Sr. Secretário da SEDR nas duas vias do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), bem como do Plano de Trabalho, e demais providências de publicação no Diário Oficial da União (DOU). Cabe ressaltar que uma das vias já se encontra apensada no processo (fls. 27 a 32), e a outra encontra-se em sua contracapa.

O presente ACT em tela, a ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Tocantins, tem como objeto o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) do Tocantins, na escala 1:250.000.

Após os devidos trâmites, solicitamos o retorno do processo nº 02000.000826/2015-99 ao Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) para o devido acompanhamento da execução das atividades pactuadas.

Atenciosamente,

ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

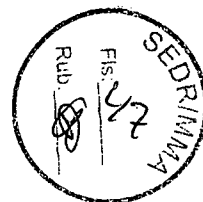
a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 33.206.723/0001-09, com sede na Praça dos Girassóis s/nº, Esplanada das Secretarias, Centro, Palmas/TO. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Tocantins, por intermédio da SEPLAN, visando o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) do Estado do Tocantins, na escala 1:250.000. c) Assinado em: 23.06.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 3 anos. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e o Sr. David Siffert Torres, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Tocantins, Carteira de Identidade nº 417.060 (SSP/DF) e CPF nº 186.385.621-87.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Publicado no D.O.U. de 25/06/15
Seção 3 Pág. 99
Ass. 7



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Protocolo nº 02000.000826/2015-99

Em 23 de junho de 2015.

À CGAA/GM,

Encaminhamos minuta de extrato para publicação no DOU. A minuta digital foi enviada para o endereço eletrônico publicacoes.cgaa@mma.gov.br.

Atenciosamente,


ROSELI BUENO DE ANDRADE
Chefe de Gabinete

MMA - Protocolo GABIN

Procedido em:

23 / 06 / 15

Assinatura

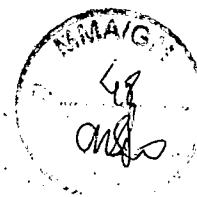
Nome

Cláudio

17:55'



Ministério do Meio Ambiente
Gabinete da Ministra
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo
Protocolo Geral Nº 02000.000826/2015-99



MMA - Protocolo GABIM

Recebido em

23 06 15

Assinatura

Nome

Johnson

17:55

Publicar-se.
LMR

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

24.06.15

25.06.15
3
99
+

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, inscrita no CNPJ sob o nº 33.206.723/0001-09, com sede na Praça dos Girassóis s/nº, Esplanada das Secretarias, Centro, Palmas/TO. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Tocantins, por intermédio da SEPLAN, visando o apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE) do Estado do Tocantins, na escala 1:250.000. c) Assinado em: 23.06.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 3 anos. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e o Sr. David Siffert Torres, Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Tocantins, Carteira de Identidade nº 417.060 (SSP/DF) e CPF nº 186.385.621-87.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

EXTRATO DE RESCISÃO

Contrato Nº 9/2010. Nº Processo: 02080000068200918. Contratante: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - CNPJ Contratado: 07069574000165. Contratado: VIDICON - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. Objeto: Rescindir amigavelmente o contrato, originalmente celebrado entre as partes identificadas. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Data de Rescisão: 25/06/2015.

(SICON - 24/06/2015) 440075-00001-2015NE800004

Ministério do Planejamento,
Orçamento e GestãoSECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOSAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 27/2015 - UASG 201004

Nº Processo: 03110201567201537. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de concessionária autorizada pela montadora do veículo para prestação, de forma contínua, dentro do período de garantia, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, não cobertos pela garantia, com fornecimento e aplicação de peças e acessórios originais e/ou genuínos, lubrificantes, óleos e aditivos de 05 (cinco) veículos RENAULT FLUENCE, bicompostível, ano/modelo 2014/2015, pertencentes à frota Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 25/06/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "K" 2º Andar - Sala 216 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/07/2015 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

DEIVISSON MATHEUS SIQUEIRA PINHEIRO
Pregoeiro

(SIDE - 24/06/2015) 201004-00001-2015NE800127

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 10/2015

O Pregoeiro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, comunica que no Pregão Eletrônico nº 10/2015, se sagrou vencedora a empresa ENCOM ENERGIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 02.007.037/0001-77, no valor total de R\$ 3.400.000,00.

LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA

(SIDE - 24/06/2015) 201004-00001-2015NE800127

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL Nº 3 - MP/ENAP, DE 23 DE JUNHO DE 2015
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO e a ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tornam pública a retificação do quadro constante do subitem 1.1.1 do Anexo III do Edital nº 1 - MP/ENAP, de 12 de junho de 2015, conforme a seguir especificado.

1.1.1 Para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Cargo	Região de vaga	Localidade de vaga	Vagas por localidade	Total de vagas por cargo
Cargo 2: Analista Técnico-Administrativo	Centro-Oeste	Brasília/DF	63	73
		Bom Vista/RR	2	
	Norte	Macapá/AP	2	
		Porto Velho/RO	2	
		Rio Branco/AC	2	
	Sudeste	Rio de Janeiro/RJ	2	

AYALA DO CARMO TANIOS NEMER
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas do MP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/externidade.html>, pelo código 00032015062500099

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 8/2015 - UASG 114702

Nº Processo: 04600003960201427. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento sob demanda de água mineral, natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas de polícarbonato de 20 (vinte) litros, devidamente lacradas, para suprir as necessidades de toda a ENAP, em regime de execução indireta por empreitada por preço global, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 25/06/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Sais Area 2-a Setor Policial Sul Plano Piloto - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/07/2015 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital está disponível no site www.enap.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e no endereço SAIS Area 2A - Brasília - DF.

EVERALDO MELO DO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIDE - 24/06/2015) 114702-11401-2015NE800001

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 17/2015 publicado no D.O. de 17/06/2015, Seção 3, Pág. 103. Onde se lê: Valor R\$ 1.403.180,40 Leia-se: Valor R\$ 77.441,81

(SICON - 24/06/2015) 114702-11401-2015NE800005

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
DIRETORIA EXECUTIVAEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 10/2015 - UASG 114601

Nº Processo: 03603000742201529. Objeto: Serviço de suporte técnico aos produtos/programas e atualizações tecnológicas do banco de dados Oracle. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Única empresa autorizada a prestar o serviço. Declaração de Inexigibilidade em 11/06/2015. PAULO CESAR MORAES SIMÕES. Diretor de Informática. Ratificação em 15/06/2015. WASMALIA SOCORRO BARATA BIVAR. Presidente. Valor Global: R\$ 677.084,18. CNPJ CONTRATADA: 59.456.277/0002-57 ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.

(SIDE - 24/06/2015) 114601-11301-2015NE800001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 21/2015 - UASG 114601

Nº Processo: 03603000533201585. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de hardware, on site, em componentes da biblioteca automatizada de cartuchos de fita magnética. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 25/06/2015 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Av. Franklin Roosevelt, 166 Sl 706 Castelo RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/07/2015 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

TULIO MAURO BATISTA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 24/06/2015) 114629-11301-2015NE800001

DIRETORIA DE PESQUISAS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 03601.001176/2014-10. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica para a construção e consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Popacionais - SISPEP entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Amparo Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto 93.872/86 e suas alterações posteriores. Data de assinatura: 24/06/2015. Signatários: Wasmália Socorro Barata Bivar pelo IBGE e Lúcio Remuzat Rennó Júnior pela CODEPLAN.

UNIDADE ESTADUAL NO PIAUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2015 - UASG 114609

Nº Processo: 03622000345201529. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Pneus e Câmaras de Ar para atender às necessidades de manutenção da frota de veículos da Unidade Estadual do IBGE no Piauí. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 25/06/2015 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Rua Simplicio Mendes, 436-n Centro/norte - TERESINA - PI. Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2015 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/07/2015 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado no site: www.comprasnet.gov.br.

ELICIO RODRIGUES DE ABREU
Pregoeiro

(SIDE - 24/06/2015) 114629-11301-2015NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 114602

Número do Contrato: 3/2012.
Nº Processo: 03611000089201256.
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2012. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 05914254000139. Contratado: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD. Objeto: 3º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de fornecimento de água para a Sede Administrativa, Agências de Aquecimento, Porto Velho e Ji-Paraná, da Unidade Estadual do IBGE em Rondônia, referente à prorrogação contratual, pelo período de 12 meses, conforme Cláusula Segunda do contrato original. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8666/93. Vigência: 11/06/2015 a 11/06/2016. Valor Total: R\$15.000,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800027. Data de Assinatura: 11/06/2015.

(SICON - 24/06/2015) 114626-11301-2015NE800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

À SEDR
LMD

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra/MMA

25.06.15

Ao DZT

Para conhecimento e demais providências.

At, 26/06/15

Anne Roque
Chefe de Divisão
SEDR/MMA
Matrícula: 1727242

Ao Zee,
para conhecimento
em: 01.07.2015
Nazaré Soares

Nazaré Soares
Diretora Substituta do Departamento de
Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

RECEBIDO NA SEDR

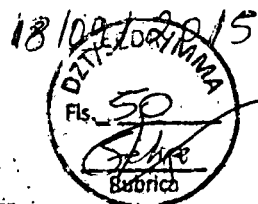
Em 26/06/15

As 10:40

Lucas Araújo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Brasília – DF CEF: 70.068-900
TEL.: (061) 2028-1091



Ofício n.º 133/2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 08 de julho de 2015

A Sua Senhoria

DAVID SIFFERT TORRES

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Tocantins - SEPLAN

Praça dos Girassóis, s/nº, Esplanada das Secretarias, Centro,

77.001-002 – Palmas - TO

Assunto: Encaminha Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MMA e o Estado do Tocantins visando o apoio a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado.

Senhor Secretário,

1. Cumprimos-o cordialmente e fazendo referência ao Ofício n.º 917/SEPLAN/GABSEC, de 09 de junho de 2015, encaminhamos a via referente ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o MMA, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado do Tocantins, por intermédio de sua Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) visando o apoio técnico dessa pasta nas fases e metas pactuadas entre as partes, vinculado a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado, na escala 1:250.000, devidamente assinada e publicada.
2. Informo que o respectivo instrumento de cooperação foi assinado no último dia 23 de junho de 2015 e prevê um Plano de Trabalho com duração de 3 anos. Consta anexado, também, cópia da página 99 do Diário Oficial da União (DOU), seção 3, publicado no dia 25 de junho de 2015, no qual apresenta a publicação do extrato do ACT ora em tela.
3. Para maiores detalhes e esclarecimentos, solicito que entrem em contato com o Departamento de Zoneamento Territorial (61 – 2028-1364).

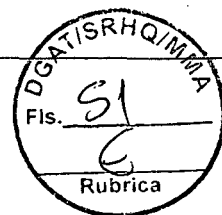
Atenciosamente,

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.000826/2015-99

Interessado: Governo do Estado do Tocantins

- Aos 04 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.000826/2015-99 contendo 51 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Ramos Barbosa, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0000990** e o código CRC **C0548AEA**.

Referência: Processo nº 02000.000826/2015-99

SEI nº 0000990